

6F

# DEBATE 16



OUT. 74

40P8785



## APRESENTAÇÃO

Também este número é consagrado em boa medida ao aprofundamento das teses econômicas de nosso Projeto de Plataforma Política. Nossos companheiros Joana Almeida, Marta Alves e A. Silva desenvolvem a análise do capital financeiro, do setor estatal e do setor agrário respectivamente, mostrando as contradições através das quais se realiza a articulação concreta dos interesses dominantes sob a hegemonia da burguesia monopolista e sob a forma de ditadura militar terrorista. O que não nos impediu de publicar a parte final do Balanço ideológico redigido por militantes oriundos da VPR-1 e da Ala Vermelha. Como já salientamos em outras oportunidades, o interesse deste longo documento está em que retrata uma das direções possíveis do processo de auto-crítica do militarismo, diferente daquela que nós próprios preconizamos e seguimos em DEBATE. Por isso mesmo insistimos em manifestar nosso desacordo tanto com o método quanto com o conteúdo do Balanço ideológico. Mas assegurando sua completa divulgação cumprimos com nosso compromisso de levar adiante a luta de idéias e o aprofundamento do processo autocrítico dos revolucionários brasileiros.

Desde a elaboração e a publicação em DEBATE-12 de nosso Projeto de Plataforma, o centro da luta de idéias e da discussão política deslocou-se para nós, da autocrítica da experiência de luta armada à elaboração do programa marxista da revolução brasileira e à luta pela reunificação dos marxistas-leninistas do Brasil. Nos números mais recentes de DEBATE esta nova orientação traduziu-se essencialmente (a) pelos trabalhos de nossos militantes aprofundando as teses do Projeto de plataforma no terreno da Economia Política, (b) pela crítica sistemática das concepções errôneas existentes em nosso movimento comunista e revolucionário: AP em DEBATE-13 e PCB em DEBATE-15 principalmente, e (c) pela progressiva determinação da linha política conforme às concepções programáticas do Projeto de plataforma, em especial no referente à grande questão da tática, a formação da frente anti-ditadura, sobre a qual se pronuncia o editorial de DEBATE-15. Neste número, abrimos as páginas de DEBATE ao primeiro de uma série de artigos do companheiro F. Gomes que se pronuncia sobre nosso Projeto de plataforma.

Embora intervindo a título pessoal, F. Gomes é militante representativo de uma corrente de nosso movimento revolucionário que evolui em direção de posições políticas próximas às que defendemos. São muitas e importantes as questões que levanta neste primeiro artigo. Algumas delas merecem desde logo um comentário, que não tem sentido polêmico, mas simplesmente de facilitar o confronto de pontos de vista com os marxistas-leninistas que, como nós se batem pela reunificação. A primeira concerne a definição do militarismo como expressão do radicalismo das camadas médias urbanas. F. Gomes parece ter pensado que nos contentamos com esta fórmula para dar conta do processo de luta armada, e mostra, com razão, que ela teve raízes muito mais complexas e profundas. Também é nosso este ponto de vista, bastando que se consulte o que escreveram a este respeito nossos porta-vozes na polémica com a TL/ALN a partir de DEBATE-7. Outra questão, da maior importância, é a que levanta F. Gomes referindo-se a uma de nossas teses centrais, sobre a contradição entre a existência da condição objetiva e a inexistência da condição subjetiva para o socialismo no Brasil. A resposta a esta contradição observa F. Gomes, deve ser buscada "principalmente na própria realidade objetiva". A observação é justa. Mas a resposta se encontra, em todas as letras, no Projeto de plataforma, que aponta clara e longamente no caráter não-revolucionário da transformação burguesa da sociedade brasileira (fenômeno objetivo) a origem desta contradição, e na realização da democracia revolucionária abrindo caminho ao socialismo, a sua solução. Finalmente, concordamos inteiramente com F. Gomes quando nota que a crítica aos erros da "nova esquerda" não é consequente se não se completar pela da "esquerda tradicional", cujos erros inclusive contribuiriam para provocar os erros opostos da geração que passou à luta revolucionária após o golpe de 1964.



O SISTEMA FINANCEIRO NO BRASIL: ALGUNS PROBLEMAS

Joana Almeida

É inegável a existência de uma estreita relação entre o estilo de desenvolvimento capitalista mais recente da economia brasileira e a conformação assumida pelo setor financeiro pós-64, em consequência da reforma bancária (fins de 64) e das inúmeras resoluções e decretos que a ela se seguiram, criando novas instituições e novas formas de funcionamento para o sistema financeiro nacional. A questão que nos interessa analisar é a do caráter desta relação, isto é, a maneira específica pela qual o sistema financeiro conecta-se com a acumulação real, no caso brasileiro.

As funções do sistema financeiro - do ponto de vista mais geral - dizem respeito "à criação de crédito, à transferência de fundos de empréstimos e à diversificação e acumulação de ativos" (Cepal, "A Intermediação Financeira na América Latina", pag. 3). Desta maneira, o sistema financeiro teria como função canalizar recursos dos setores "superavitários" para os setores "deficitários" do sistema econômico, estabelecendo relações de crédito que dariam origem à criação e acumulação de uma série de ativos financeiros. O aspecto mais importante relativamente à intermediação financeira diz respeito a suas consequências no tocante aquilo que se convencionou chamar de taxa de poupança da sociedade, e a transformação destas "poupanças" em inversões produtivas. Isto porque, não obstante a determinante básica da taxa de acumulação no modo de produção capitalista ser a taxa de mais-valia, ela também é determinada pela relação entre consumo produtivo e consumo improdutivo da massa de mais-valia. Quanto maior for a proporção da mais-valia destinada ao consumo produtivo (isto é, à esfera produtiva) tanto maior será o ritmo de acumulação do capital. Nesta medida é que se estabelece uma relação positiva entre a taxa de poupança e a reprodução ampliada do sistema econômico, desde que as "poupanças" (isto é, a parcela das rendas pessoais que não foi consumida improdutivamente) transformem-se em inversões produtivas. Sendo assim, sempre que a intermediação financeira estivesse fornecendo massas adicionais de capital para o aumento da capacidade produtiva, estabelecer-se-ia uma relação direta entre o setor financeiro e o setor real da economia. Mas, na medida em que a intermediação se resolvesse em crédito ao consumo ou em financiamento para a compra de ativos financeiros já existentes, uma série de distorções poderiam surgir. Em se tratando do crédito ao consumo poderia existir um efeito positivo indireto sobre a esfera produtiva na medida em que uma certa retração da demanda estivesse dificultando a realização do capital-mercadoria e, consequentemente, afetando a reprodução ampliada do sistema produtivo. É preciso, entretanto, levar em consideração tanto o tipo de bem de consumo que é favorecido pelo crédito quanto as taxas de juro pagadas pelos compradores, para que se possa avaliar corretamente os setores da classe capitalista que se beneficiam com a expansão do crédito ao consumo e as consequências deste fato para a reprodução do sistema. No caso dos ativos financeiros a distorção poderia ser mais grave na medida em que uma parcela muito grande do capital social total procurasse esta esfera de investimento (é evidente que isto significaria taxas de juro superiores à taxa de lucro média) em detrimento da esfera produtiva. Teríamos, então, a expansão cada vez maior de uma acumulação meramente fictícia (de ativos financeiros) ao lado da acumulação real de capital.

No caso brasileiro temos todos os indícios de que a verdadeira função do sistema financeiro, nestes 10 anos de ditadura militar, venha sendo o financiamento do consumo, do déficit governamental e do capital de giro das empresas, em condições de taxas de juros crescentes, de incentivos ao capital especulativo e da impressionante expansão da entrada de capitais estrangeiros, sob forma de empréstimos e financiamentos. Como resultado se tem o aumento extraor-



dinário do endividamento privado interno e do endividamento externo, sem que a taxa de formação bruta do capital, mesmo nos anos mais recentes, tenha se diferenciado da taxa média anual de 1947 a 1963 (17,3% do PIB). Isto significa que a multiplicação dos ativos financeiros dentro do sistema econômico é, antes de mais nada, o índice do vulto atingido pela criação de capital fictício, praticamente sem nenhuma relação direta com o crescimento do capital produtivo. Por outro lado, esta expansão da acumulação de capital fictício tem cumprido um papel importante no processo de monopolização e abertura da economia aos capitais estrangeiros, como veremos adiante. Antes de passarmos à análise mais detalhada do atual sistema financeiro no Brasil, faremos um breve resumo dos fundamentos teóricos da noção de capital fictício e acumulação fictícia.

Marx, em estudos reunidos no tomo III do Capital, principalmente, mostra como se vai engendrando a reversão do processo real da produção capitalista, na consciência dos diversos agentes econômicos, de forma tal que tudo o que permite o auferimento de uma renda é considerado como capital e este parece ter a propriedade intrínseca de criar valor adicional. Isto é, o processo real da criação da mais-valia (que só pode ser o trabalho não pago extorquido ao trabalhador) vai se obscurecendo na consciência dos agentes, dadas as próprias formas de manifestação das leis que regem a produção capitalista. Assim é que a concorrência, ao impor como tendência a igualização da taxa de lucro, cria uma diferença quantitativa entre a massa de mais-valia extorquida diretamente e a massa de lucro apropriada pelo capitalista individual. As próprias metamorfoses que o capital sofre no processo de produção, ao percorrer uma série de fases, cada uma dela implicando numa mudança da forma e da função do capital, possibilitam o encobrimento do processo real de criação de valor. Isto porque a separação da esfera da produção da esfera da circulação permite uma divisão do trabalho dentro da classe capitalista, que faz com que alguns segmentos de capitalistas dediquem-se exclusivamente à esfera da produção, enquanto que a esfera da circulação passa a ser da competência de outro segmento, dando origem a uma distinção entre lucro empresarial e lucro comercial. Ora, o capital comercial participa também da igualização da taxa de lucro, valorizando-se, portanto, a uma mesma taxa média de lucro que o capital industrial. Nesta medida, o fato de que capitais que não estão na esfera produtiva possam se valorizar, segundo a taxa média de lucro, ajuda a tornar mais nebulosa a verdadeira origem do valor adicional. Mas, tanto o capital industrial quanto o capital comercial têm em comum o fato de serem capitais ativos, enquanto capitais que se valorizam dentro do processo de reprodução, diferentemente daquele capital inativo (que Marx chama de capital produtivo de juro) que está diretamente relacionado com uma nova função do dinheiro: esta de ser cedido a outros capitalistas por seu valor de uso. É este valor de uso do dinheiro que faz com que o capital apareça como uma mercadoria que, diferentemente das demais mercadorias, não é vendida mas cedida em empréstimo, permitindo que seu proprietário aproprie-se de parcela do lucro médio sob forma de juros. Assim, "... se o preço exprime o valor da mercadoria, o juro traduz a valorização do capital-dinheiro, (...) é por isto que ele aparece como o preço pago ao prestador por seu capital" (Marx, Le Capital, Ed. Pléiade, vol. II, pg. 1113). O capital produtivo de juro aparecerá, pois, como dinheiro que cria dinheiro, passando da forma D a D' sem alguma intermediação. Estão aí dadas as condições para o fetichismo completo da produção capitalista, que Marx assim descreve:

"No caso do capital-mercantil, D-M-D', encontra-se, ao menos, a forma geral do movimento capitalista, ainda que ele esteja confinado na esfera da circulação, o lucro aparecendo como simples resultado da venda. Mas, de qualquer maneira, o lucro aparecerá como produto de uma relação social e não como simples produto de uma coisa. A forma do capital mercantil representa, ao menos, um processo, uma unidade de fases opostas, um movimento que se cinge em dois atos contrários, a compra e a venda de mercadorias. Não há vestígio disto na forma do ca



pital produtivo de juro, D-D' (...). O capital, neste caso, aparece como uma fonte misteriosa, criadora de juros, fonte de seu próprio crescimento. A coisa (dinheiro, mercadoria, valor) já é, enquanto tal, capital, e o capital revela-se como uma simples coisa; o resultado do processo de reprodução, em seu conjunto, aparece como propriedade inerente a uma coisa, fica ao critério do possuidor de dinheiro - mercadoria sempre trocável - gastá-lo como dinheiro ou emprestá-lo como capital. Por isso, é no capital produtivo de juro que este fetiche automático encontra sua expressão perfeita, o valor que se auto-engendra, o dinheiro que cria dinheiro: sob esta forma não há cicatriz que traia sua origem. A relação social se esgota, assim, na relação de uma coisa consigo mesma. (Marx, O Capital, tomo III, pg. 1151/52, Ed. Rubel).

A concepção de que toda soma de dinheiro que não seja gasta como renda (consumida) possa valorizar-se mediante seu empréstimo como capital, leva a que a compra de ativos financeiros (papéis e títulos como ações, letras de câmbio, etc), possibilitando o auferimento de uma dada receita periódica, seja considerada como "acumulação de capital". Isto é, o comprador destes ativos financeiros capitaliza sua receita periódica, calculando-a, segundo a taxa média de juros, como a renda proporcionada por um capital emprestado à esta taxa. Por exemplo, se a renda anual for de 100 cruzeiros e a taxa de juros de 5%, os 100 cruzeiros representariam um juro anual de 2.000 cruzeiros e estes 2.000 cruzeiros seriam considerados como o valor-capital do título de propriedade sobre estes 100 cruzeiros anuais. Este processo de "capitalização" é o que Marx chama de criação de capital fictício. Não importa, assim, o destino que tenha seguido a soma de dinheiro deste comprador de títulos, que ela tenha se convertido em capital produtivo ou não. Porque, mesmo que se tratasse da compra de ações, tendo como contrapartida uma modificação na estrutura de propriedade das empresas, o capital não poderia existir duas vezes: como aquele já transformado em capital produtivo (que passou, pois, da forma-dinheiro à forma meios de produção) e como o "capital" do possuidor das ações.

Na verdade, tudo o que os proprietários dos diversos tipos de ativos financeiros possuem, de fato, são obrigações do Estado (no caso de títulos da dívida pública, por exemplo) ou do setor privado da economia, que dão direito ao recebimento de uma certa soma de dinheiro periódica e o direito de vender estas obrigações. A acumulação de capital fictício (ou financeiro) corresponde, portanto, a uma mera acumulação de títulos dando direito a uma renda que, em alguns casos específicos, tem como contrapartida uma mudança nos estados patrimoniais das empresas. Nesta medida, a acumulação fictícia expressa somente uma acumulação de direitos de propriedade sobre uma parcela da mais-valia social total, e sua única relação com o processo de acumulação real diz respeito exatamente a esta parcela da mais-valia social que escapa ao processo de reprodução. Outro problema é saber em que medida as somas de dinheiro que se transformaram em ativos financeiros serão canalizadas para a esfera produtiva. Esta questão só pode ser respondida pela avaliação do papel do sistema de crédito em cada realidade concreta.

No caso do Brasil, já tivemos um primeiro indício do divórcio entre a esfera financeira e a esfera real, pela observação de que a taxa de formação bruta do capital não sofreu nenhuma modificação apesar da modernização e expansão das atividades do sistema financeiro. Ora, se a intermediação financeira não se resolveu principalmente em crédito ao aumento da capacidade produtiva, qual teria sido, pois, sua função depois de 1964?

#### I- O Financiamento do Déficit Público

A reestruturação do sistema financeiro nacional, iniciada com a reforma bancária de fins de 64 (que criou o Banco Central, o sistema financeiro de habitação, etc) a que se seguiu a reorganização do mercado de capitais (com a generalização da correção monetária para praticamente todas as



operações financeiras; com a definição de funções específicas para as instituições financeiras já existentes e para aquelas a serem criadas; com a regulamentação dos principais instrumentos do mercado de capitais, etc) foi realizada numa conjuntura em que a principal preocupação da política econômica da ditadura militar era o combate à inflação.

Como os responsáveis pela política econômica privilegiavam as soluções monetaristas para o problema inflacionário, um dos primeiros pontos a ser tratado foi o financiamento do déficit público que, historicamente, era realizado pelas emissões de moeda. Várias foram as medidas tomadas, ainda em 1964, tanto no sentido de diminuir as despesas públicas quanto no de encontrar novas fórmulas para o financiamento do déficit do Tesouro. A despesa pública pôde diminuir relativamente pelo aumento dos preços dos serviços públicos e o corte em algumas despesas (principalmente inversões estatais), enquanto a Lei nº 4.357 autorizava o governo a emitir títulos do Tesouro Nacional, reajustáveis segundo a taxa de inflação (ORTN - Obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional). Desta maneira, evitavam-se as emissões de moeda que tivessem como origem o déficit público, compatibilizando portanto seu financiamento com os objetivos da política deflacionária.

É evidente que outras medidas, visando os demais pontos considerados como transmissores de inflação, foram tomadas, tais como uma política salarial que deprimia enormemente os salários reais (lei do "arrôcho salarial) e uma política restritiva de crédito até 1967. Isto é, enquanto a política creditícia teve um caráter transitório (se bem que foi suficientemente eficiente para expelir do mercado os capitalistas mais fracos que, justamente por disporem de menores parcelas de capital e dado o período de recessão da demanda que atravessa a economia, mais dependentes eram do crédito), a compressão salarial mostrou sua importância decisiva para o estilo de desenvolvimento capitalista que se seguiu ao golpe de 64, na medida que permanece até hoje.

Os efeitos da venda de títulos da dívida pública foram de tal ordem que, a partir de 1969, o déficit do Tesouro passa a ser integralmente financiado pelo público, possibilitando, inclusive, o aumento das reservas do governo junto às autoridades monetárias. A expansão da compra de títulos públicos (não se considerando, é evidente os títulos colocados compulsoriamente junto aos bancos) se deve, fundamentalmente, às altas taxas de rentabilidade que ofereciam tais títulos, desde que a correção monetária impedia a queda de seu valor real. A correção monetária corresponde, assim, a um mecanismo eficaz - num país em que a inflação já é crônica - para a garantia da rentabilidade real dos ativos financeiros. Mas, por sua vez, a taxa de juro paga às ORTN causaram um efeito altista no sistema financeiro, na medida em que os outros títulos que competiam pelas "poupanças privadas" tinham de oferecer as mesmas taxas de rentabilidade (ou outras vantagens) sob pena de tornarem-se invendáveis. Isto significou um aumento dos custos financeiros para o capital industrial e para o capital comercial, como veremos adiante.

De qualquer maneira, o problema do financiamento do déficit governamental fora resolvido, concomitantemente com a transformação da forma dos haveres financeiros detidos pelo público não-bancário (isto é, pelo setor privado excluindo o setor bancário). Assim, enquanto em 1966 do total dos haveres em mãos do público não-bancário 81% era constituído pelos haveres monetários (aqueles cuja forma específica é a forma-dinheiro, ou seja, tanto o papel-moeda como os depósitos à vista), em 1970 esta cifra tinha caído para 62%. O público passou portanto a preferir os ativos financeiros não-monetários que englobam tanto os títulos do governo quanto os dos bancos privados e outras instituições financeiras, tais como letras de câmbio, depósitos de poupança, etc.

## II-O Financiamento do Consumo

Se o financiamento da dívida pública pela emissão de títulos do governo tem o interesse de nos mostrar a gênese da correção monetária, alguns aspectos referentes à política anti-inflacionária e uma das fontes de



criação de capital fictício (representado pela massa de títulos em poder do público), muito mais importante é o estudo do financiamento do consumo que se transformou em uma das principais funções do sistema financeiro.

Relembremos os efeitos depressivos que a política deflacionária causou na economia, principalmente nos dois anos que se seguiram ao golpe militar, quando a taxa de crescimento do PIB foi inferior à taxa de crescimento demográfico. A capacidade ociosa da economia aumentou consideravelmente, atingindo duramente os setores produtores de bens de consumo. Em 1966, o governo passa a estimular diretamente a demanda de bens de consumo duráveis, tanto pela isenção de impostos quanto por medidas que estimulavam o crédito ao consumo. A partir de 1967 inicia-se um processo - praticamente ininterrompido até hoje - de expansão do crédito ao setor privado. Esta expansão se deveu ao crescimento do crédito bancário (que aumentou a uma taxa média anual de 22,4% de 1967 a 1972) e principalmente do crédito extra-bancário das financeiras (que creceu a uma taxa média anual de 45,6% no período 1964/70).

A reestruturação do setor financeiro criara uma nítida divisão do trabalho no setor, com cada tipo de instituição especializando-se no financiamento de um determinado tipo de atividade econômica. Assim é que coube primordialmente às financeiras o crédito ao consumo, pelo intermédio da emissão de aceites cambiais. É verdade que, teoricamente, os aceites deveriam também financiar o capital de giro das empresas. Mas, como indicam o quadro abaixo, a maioria absoluta dos aceites cambiais serviram para crédito ao consumo.

#### FINANCEIRAS

##### Empréstimos mediante aceites cambiais, 1966/72

Especifi- cação	1966		1967		1968		1969		1970		1971		1972	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Giro	...	...	...	...	...	...	610	11	274	4	89	0,7	38	0,2
Consumo	...	...	...	...	...	...	4697	89	6105	96	12462	99,3	19462	99,8
Total	1810	100	2805	100	5195	100	5307	100	6379	100	12551	100,0	19500	100,0

Fonte: Banco Central.

A ditadura militar tem posto a economia nacional a serviço dos grandes monopólios nacionais e estrangeiros. Neste sentido, já fizemos referência no artigo anterior (Notas sobre o setor estrangeiro em nossa economia, Debate 15) ao fato de que as inversões estatais em transportes e rodovias cooperam para aumentar a demanda solvente do setor transportes e meios de comunicação, notadamente, dentro deste setor, do ramo automobilístico. Também nos referimos à predominância absoluta dos capitais estrangeiros na indústria automobilística. Resta agora avaliar a amplitude da solidariedade entre o capital estrangeiro e o sistema financeiro nacional, pelo esclarecimento de que ramos industriais foram beneficiados com a expansão do crédito ao consumidor. Os dados do Banco Central indicam que em 1970 do total dos aceites cambiais, utilizados no crédito ao consumo, 77% correspondia ao financiamento da compra de automóveis. Em 1971 esta cifra aumentava para 79,6%, diminuindo para 70% em 1972. De qualquer forma, pode-se afirmar que o financiamento do crédito ao consumidor é, antes de mais nada, sustentação da demanda solvente de automóveis, que são mercadorias produzidas pelas empresas internacionais no Brasil.



### III- O Crédito ao Setor Industrial

O quadro I apresenta os montantes concedidos como financiamento pelo sistema financeiro ao setor privado da economia, englobando tanto o setor industrial como o agrícola e o comercial. Os recursos obtidos dizem respeito às "poupanças" internas, canalizadas pelas instituições financeiras nacionais, e aos empréstimos externos que são repassados ao setor privado por intermédio dos bancos comerciais (privados e estatais), pelos organismos oficiais de fomento econômico e pelo Banco do Brasil. Como se pode observar, o aumento do crédito ao sistema privado da economia atingiu 160% de 1966 a 1970, sendo que de 1972 a 1973 houve um crescimento de 54,6%, o que indica a tendência a uma cada vez mais rápida expansão do crédito ao setor privado.

No tocante ao uso dos recursos se pode notar a diminuição do financiamento de capital de giro que representava, em 1966, 83% do total do financiamento ao setor privado, caindo para 71,2% em 1973. Mas cumpre esclarecer que a designação "capital de giro" encobre também o crédito ao consumo na medida em que, em 1973, por exemplo, 57% do financiamento concedido para suprimento de capital de giro foi realizado pelas financeiras e que estas, como vimos, utilizaram praticamente a totalidade dos recursos (99,8%) no financiamento do consumo. Ademais, estão incluídos no item "capital de giro" os créditos para a comercialização de produtos agrícolas e industriais, que correspondem à maior parte do financiamento concedido pelo Banco do Brasil e pelos bancos comerciais. Nesta medida, fica difícil se fazer uma avaliação exata do total de recursos realmente canalizados para o suprimento de capital de giro do setor industrial, bem como o peso que as instituições financeiras não oficiais teriam neste suprimento.

Já em relação ao "capital de investimento" (que corresponde a novas inversões de capital) os dados são mais claros, indicando o peso das instituições financeiras oficiais para o aumento da capacidade produtiva, assim como o fato de que a maior parte destes recursos terem se dirigido para o setor industrial, dado que os organismos que concedem empréstimos são, predominantemente, especializados em crédito ao setor industrial (BNDE, FINAME, etc).

A indiscutível importância dos financiamentos concedidos pelo BNDE e pelos fundos de financiamento industrial a ele ligados demonstra o peso do setor público da economia e o papel chave que tem para a reprodução ampliada do sistema. O BNDE foi criado em 1953 e até meados da década dos 60 cumpriu um importante papel na acumulação de capital dos setores de infra-estrutura. Atualmente, financia as indústrias básicas do país, principalmente a siderurgia, além da série de fundos de financiamento de setores específicos da estrutura industrial, como o FUNGIRO (Fundo Especial para o Financiamento do Capital de Giro), o FRE (Fundo de REaparelhamento Econômico), o FIPEME (Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresas), etc. A maior parte de seus recursos são de origem governamental, seguidos pelos empréstimos externos.

A importância da interferência do Estado na produção (sem entrar na consideração do peso das empresas estatais dentro do setor industrial) não pode ser avaliada, entretanto, exclusivamente a partir dos financiamentos concedidos por instituições financeiras governamentais ao aumento da capacidade produtiva. Isto porque além de ser responsável pela maioria dos créditos concedidos às empresas privadas para aumento da capacidade produtiva, o Estado tem atuado no sentido de proporcionar uma série de incentivos fiscais e estímulos à produção industrial, que se multiplicaram a partir de 1964. Assim é que o Estado perdeu uma importante fonte de arrecadação de recursos ao permitir, através do Decreto-Lei nº 401 (de 1968) e posteriormente pelo Decreto-Lei nº 1.109 (de 1970), a isenção de impostos de renda sobre as reservas e lucros incorporados ao capital das empresas. Esta isenção explica o grande aumento do capital das firmas registrado no período 1968/70. Também influiu para este aumento de capital a obrigatoriedade



da reavaliação dos ativos (em decorrência da Lei nº 4.357 de 1964). Neste caso, porém, não se trata realmente de um aumento efetivo do capital das empresas mas de mera atualização contábil.

No referente à criação de um mercado de capitais, que pudesse vir a ser um elemento importante para a captação de recursos pelas empresas, também pesou a intervenção do Estado que, pelo Decreto-Lei nº 157, permitiu às pessoas e empresas a dedução do imposto de renda para aplicação em ações, debêntures conversíveis em ações e outros títulos. Os estímulos criados pelo Decreto nº 157 e a isenção de impostos sobre os lucros distribuídos aos acionistas pelas empresas de capital aberto estão à raiz do grande impulso tomado pelas transações das Bolsas de Valores, a partir de 1969. Entretanto, o caráter especulativo que dominou as operações da Bolsa, permitindo a obtenção de enormes lucros para os responsáveis pelas operações de lançamento dos títulos e a valorização desmesurada dos títulos, terminou por levar ao desastre de fins de 71. Desde então, a contribuição do mercado de capitais para o fornecimento de recursos a médio e longo prazo para as empresas tem se mostrado praticamente nula. Neste sentido, fica claro que o sistema financeiro privado não oferece alternativas para o financiamento direto do aumento da capacidade produtiva do setor industrial. Este financiamento continua, pois, sob a inteira responsabilidade das instituições financeiras do setor público da economia.

Portanto, as instituições financeiras privadas têm atuado quase que exclusivamente na transferência de recursos a curto-prazo (para o financiamento de capital de giro) para o setor industrial. Além disso, têm cobrado taxas de juro muito altas o que implica em maiores parcelas do capital industrial pagas ao capital financeiro (isto é, em parcelas do capital social total que escapam à reprodução ampliada) e numa crescente vulnerabilidade das empresas, dado o peso que passa a ter o endividamento a curto-prazo.

Se levarmos em conta a estrutura altamente concentrada da indústria brasileira e a extrema disproporção entre pequenas, médias e grandes empresas, podemos chegar à conclusão de que o sistema financeiro tem sido um elemento importante no processo de monopolização da economia brasileira. Com efeito, enquanto uma minoria de grandes estabelecimentos industriais (1,8%) controlava 42% da produção industrial, a maior parte dos estabelecimentos industriais brasileiros - aqueles que empregam de 1 a 99 pessoas - (87 %) participavam em apenas 16% da produção industrial (dados do Censo Industrial de 1970). Ademais, como vimos no artigo anterior (já citado), em todos os ramos da produção o índice de concentração industrial é enorme (sendo que em mais da metade dos setores as 4 maiores empresas dominam mais de 50% da produção), com a presença predominante do capital estrangeiro nos setores considerados os mais dinâmicos da economia. Ora, é bem conhecida a relação entre o grau de monopólio da economia e a possibilidade das grandes empresas em auferirem lucros de monopólio (ou sobre-lucros). Isto significa que os monopólios nacionais e estrangeiros obtêm maiores taxas e massas de lucro, garantido assim uma enorme capacidade de "auto-financiamento". Esta é, aliás, a conclusão que chegam os autores do já citado relatório do IPEA ("Financiamentos de projetos industriais no Brasil", pg. 326) :

"O auto financiamento é importante nos setores mais dinâmicos em geral e, principalmente, em Metalúrgica (siderurgia), Material de Transporte (automobilística e autopeças), Material Elétrico e de Comunicações, Química, Produtos de Matéria Plástica e Artefatos de Borracha. De um modo geral, as fontes internas mais importantes são o lucro retido, os aumentos de capital e a utilização de reservas".



Ora, todos estes setores são, em geral, os de maior índice de concentração industrial, sendo que a maioria é dominada pelo capital estrangeiro. São também para eles que se dirige a solidariedade das inversões estatais, como é o caso do Material de Transporte (programa governamental de transportes), Material Elétrico (construção civil estimulada pelo BNH, programa de energia elétrica, etc.) e o financiamento do consumo realizado pelo sistema financeiro, como é o caso do setor automobilístico e dos eletrodomésticos. Ademais, na medida em que os empréstimos externos (como veremos adiante) favorecem principalmente às grandes empresas estrangeiras - dentro da área privada - vemos que estão dadas as condições para que o processo de monopolização da economia vá se centuando de forma crescente.

Tendo uma maior dependência de fontes externas de financiamento, na medida em que sua capacidade de autofinanciamento é muito reduzida, são as pequenas e médias e empresas (que constituem a grande maioria das empresas do país) aquelas que mais se prejudicam com as altas taxas de juro cobradas pelas instituições financeiras privadas no financiamento de capital de giro. São elas também as que mais necessitam de financiamento para aumento da capacidade produtiva que, como vimos, tem no Estado o principal fornecedor. Mas como a economia brasileira obedece a lógica da acumulação monopolista e o Estado tem se posto ao serviço dos grandes monopólios, o pequeno capital tem sido expellido da produção.

O sistema financeiro, além de vir demonstrando sua eficiência como instrumento do processo de centralização do capital (privilegiando o grande capital em detrimento das pequenas e médias empresas), tem também servido para criar uma esfera de investimento altamente competitiva com o setor industrial. Como se sabe, os juros que o capital industrial e o capital comercial pagam ao setor financeiro corresponde sempre a uma porção que é retirada de seu lucro. Ora, é evidente que esta porção aumentando diminuirá, concomitantemente, a massa de lucro capitalizável e isto se fará sentir na taxa de acumulação. Os dados do quadro abaixo provam não somente o fato da "rentabilidade" ter sido maior no setor financeiro, tanto em 1970 como em 1971, como também a tendência crescente desta taxa de rentabilidade:

A RENTABILIDADE, POR SETORES

SETORES	1970	1971
Setor financeiro (*).....	14,2 %	19,1 %
Comércio e outros serviços .....	8,1 %	7,8 %
Agropecuária .....	2,4 %	0,7 %
Petróleo e mineração .....	14,6 %	14,5 %
Indústria de transformação .....	8,5 %	9,8 %
Diversos .....	4,6 %	2,8 %
TOTAL .....	9,8 %	10,9 %

(\*) Lucro líquido

Fonte: Banas nº 946, 5/6/72.

Estes dados referem-se às 1.000 maiores empresas de cada setor e a taxa de rentabilidade é obtida pela relação entre o lucro operacional e o capital mais reservas das empresas. Devemos observar que a taxa média de rentabilidade do setor financeiro, não obstante indicar claramente a porcentagem da mais-valia social que se esteriliza neste setor, esconde a disproporção entre as taxas de rentabilidade das diferentes instituições financeiras, como bem esclarece este trecho da Banas :

"No primeiro desses setores, as instituições financeiras particulares alcançaram os melhores resultados: bancos de investimento, financeiras e bancos comerciais, pela ordem, atingiram a ta-



xas de 30 a 38%, enquanto as instituições oficiais se limitaram às médias de 6% (bancos de desenvolvimento) e 17% (bancos comerciais oficiais). Portanto, o avanço dos estabelecimentos estatais, no crédito pelo menos, não está prejudicando a rentabilidade dos particulares".

Portanto, é o setor financeiro privado que se tem apropriado da porção do lobo dentro da economia brasileira. A distorção daí resultante no processo de acumulação se acentua quando constatamos que o balanço de muitas empresas industriais acusam lucros fabulosos obtidos nas transações financeiras. Isto é, já se faz sentir o efeito de atração das altas taxas de juro do sistema financeiro, levando ao deslocamento de parcelas de capital do setor produtivo para o setor financeiro, aumentando a acumulação fictícia em detrimento da acumulação real.

#### IV - Os "instrumentos" da poupança interna

A forma pela qual tem evoluído a formação da poupança nacional, os papéis e títulos que têm captado maior porção destas poupanças; o aparecimento da "poupança compulsória" e a especialização das diferentes instituições financeiras em determinados tipos de operações são elementos importantes para a compreensão das funções assignadas à intermediação financeira pela política econômica da ditadura militar e das consequências deste estilo de desenvolvimento do sistema financeiro. Trataremos a seguir dos "instrumentos" para num tópico posterior avaliar a trajetória das instituições financeiras.

Em 1973, quando o sistema financeiro já está suficientemente solidificado para que aquilo que se delineava como tendência tenha se concretizado de fato, os "instrumentos" de poupança mais importantes foram, hierárquicamente, as letras de câmbio, a "poupança compulsória" e os depósitos a prazo fixo. (O fato dos títulos da dívida pública também poderem ser comprados com fundos já considerados como poupanças (por exemplo: depósitos a longo prazo nos bancos de investimento ou recursos provenientes de depósitos a curto prazo, como as operações de open market) faz com que seja mais prudente excluí-los desta avaliação dos principais instrumentos de poupança. Ademais, eles já foram analisados quando se tratou do financiamento do déficit público). Todos os dados analisados encontram-se no quadro II, no fim do artigo.

As letras de câmbio (que atingiram 36.865 milhões de cruzeiros) são títulos de renda pré-fixada, isto é, pagam uma remuneração fixa na qual a correção monetária está incluída (segundo as previsões oficiais sobre a taxa de inflação). São as financeiras as maiores responsáveis pelas emissões de letras de câmbio, sendo que esta atividade também é permitida aos bancos de investimento. Os recursos captados por intermédio das letras de câmbio são utilizados, como já vimos, para o crédito ao consumo. Outro aspecto interessante das letras de câmbio está em seu custo para os "mutuários" (aqueles que pedem empréstimos às financeiras) em comparação à remuneração obtida pelos compradores de letras de câmbio (os "poupadores"). A diferença entre as taxas de juro cobradas aos "mutuários" e as taxas de juro pagas aos "poupadores" corresponde à taxa de juro que as financeiras ganham pela "difícil" e "produtiva" tarefa de intermediação financeira. Segundo os dados oficiais estas seriam as cifras correspondentes ao período 1966/70: (o quadro vem na página seguinte).

Em termos de taxas de juro reais (deflacionadas segundo o Índice Geral de Preços) teríamos que os tomadores de letras de câmbio receberam respectivamente: -8,9% (isto é, juros negativos) em 1966; 2,9% em 1967; 5,4% em 1968; 7,6% em 1969 e 8,9% em 1970. Aqueles que tomaram emprestado das financeiras pagaram, entretanto, altíssimas taxas de juro reais: 21,2% (1966); 20,6% (1967); 22,0% (1968); 23,4% (1969); 24,1% (1970). Como se pode observar



não somente as taxas de juro cobradas foram muito altas como também se nota a tendência ascendente do processo.

TAXAS DE JURO EQUIVALENTES AO ANO, EM ACEITES CAMBIAIS DAS FINANCEIRAS E RENTABILIDADES ANUAL DE ALGUNS TITULOS PUBLICOS.

Especificação	Custo do dinheiro para o mutuário	Taxa paga ao tomador de letras de cambio	ORTN	Letras imobiliárias	Índice Geral de Preços
1966	59,0	29,0	46,4	...	37,9
1967	49,0	31,3	29,9	36,5	28,4
1968	46,2	29,6	43,3	33,4	24,3
1969	44,2	28,4	22,8	27,1	20,8
1970	43,9	28,7	24,0	28,8	19,8

Fonte : Banco Central. Departamento Económico.

O aspecto especulativo deste tipo de intermediação financeira fica mais do que patenteado quando se considera as taxas de juro recebidas pelas financeiras : 30,0% (1966); 17,7% (1967); 16,6% (1968); 15,8% (1969) e 15,2% (1970). O fato de que, relativamente, a distribuição dos juros cobrados aos tomadores de empréstimos das financeiras tenha se modificado, aumentando um pouco a porção paga aos compradores de letras de câmbio, demonstra que a alta rentabilidade dos capitais investidos neste setor atraiu novos capitais, levando ao aparecimento de novas financeiras e acirrando a concorrência entre elas, o resultado sendo o oferecimento de melhores taxas de juro aos compradores de letras de câmbio. Entretanto, isto não significou nenhuma modificação no concernente à situação dos tomadores de empréstimos. Em geral, estes tomadores de empréstimo são principalmente pequenos e médios comerciantes que dependem quase que totalmente dos empréstimos das financeiras, na medida em que estas monopolizam os recursos destinados ao financiamento dos bens de consumo. É esta situação de dependência que deprime suas taxas de lucro visto os altos custos financeiros dos empréstimos. Nesta medida se realiza uma transferência de mais-valia do pequeno e médio comércio para o setor financeiro, originando a oposição de interesses entre o pequeno e médio capital comercial e o capital financeiro.

O segundo "instrumento de poupança" - no tocante à importância das somas de dinheiro por ele canalizadas - diz respeito aquilo que, eufemisticamente, é denominado de "poupanças compulsórias". Este instrumento faz parte do conjunto de medidas tomadas em contra a classe trabalhadora no Brasil pela ditadura militar terrorista. Assim é que em 1966 extinguiu-se o direito à estabilidade após 10 anos de trabalho e criou-se (pela lei nº 5.107) o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que na verdade é um "fundo" a serviço da acumulação monopolista. O PASEP (Patrimônio do Servidor Público) e o PIS (Plano de Integração Nacional), que passaram a funcionar a partir de 1971, são dois outros mecanismos que a ditadura militar encontrou para aumentar a taxa de exploração dos trabalhadores do setor público, no primeiro caso, e dos trabalhadores do setor privado, no segundo, na medida em que os frutos do aumento da produtividade do trabalho não se transformam em aumentos proporcionais dos salários mas em fundos administrados pelo poder público. Para se ter uma idéia da importância destas "poupanças compulsórias" para a taxa de acumulação basta considerar o peso do FGTS como fonte de recursos para o Sistema Financeiro de Habitação. Assim é que os 8% recolhidos com-



TABELA 1.2

QUADRO I-A

## SISTEMA FINANCEIRO

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS AO SETOR PRIVADO, <sup>a</sup> 1966/1970  
(SALDOS EM FIM DE PERÍODO)

ANO	1966		1967		1968		1969		1970	
	Cr\$ Milhões	%	Cr\$ Milhões	%	Cr\$ Milhões	%	Cr\$ Milhões	%	Cr\$ Milhões	%
I) Para suprimento de capital de giro	17 889	83,0	22 973	81,3	30 514	78,2	35 926	75,3	40 769	72,8
- Índice <sup>b</sup>	...	-	128	-	183	-	118	-	113	-
A) Bcos. de Invest. e Financeiras	2 511	11,6	3 818	13,5	6 531	16,7	7 357	15,4	9 265	14,8
1) Aceites Cambiais	2 036	9,4	3 784	13,5	6 531	16,7	7 357	15,4	8 285	14,8
2) Resolução nº 21	474	2,2	34	0,1	-	-	-	-	-	-
B) Bancos Comerciais <sup>c, d</sup>	10 837	50,3	14 259	50,5	17 641	45,2	20 917	43,8	23 504	42,0
1) Aplicações <sup>e</sup>	10 837	50,3	14 259	50,5	17 641	45,2	20 917	43,8	22 706	40,5
2) BNE	...	...	...	...	570	1,5	616	1,3	798	1,4
3) BASA	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
C) Banco do Brasil	4 489	20,8	4 829	17,1	6 250	16,0	7 643	16,0	8 880	15,9
1) CREAM	-	-	1 850	6,6	2 447	6,3	2 896	6,1	2 255	4,1
2) CREGE	-	-	2 979	10,5	3 803	9,8	4 746	10,0	6 625	11,8
D) BNDE <sup>f</sup>	-	-	-	-	-	-	...	...	...	...
E) BRDE	11	0,1	10	0,0	14	0,0	11	0,0	9	0,0
F) BNCC	40	0,2	53	0,2	75	0,2	104	0,2	91	0,2
II) P/Supr. de Cap. de Investimento	3 655	17,0	5 293	18,7	8 491	21,8	11 785	24,7	15 244	27,2
- Índice <sup>b</sup>	...	-	145	-	160	-	139	-	129	-
A) BNDE <sup>g</sup>	1 922	8,9	2 554	9,9	2 752	7,1	3 707	7,8	4 540	8,1
B) FINAME	204	1,0	251	0,9	401	1,0	511	1,6	569	1,0
C) BNB	...	...	...	...	543	1,4	632	1,3	620	1,1
D) BASA	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
E) BRDE	31	0,2	34	0,1	65	0,2	95	0,2	164	0,3
F) Banco do Brasil	1 265	5,9	1 585	5,8	1 970	5,1	2 475	5,2	3 012	5,4
1) CREAM	...	...	1 580	5,9	1 970	5,0	2 441	5,1	2 552	4,6
2) CREGE	...	...	25	0,1	25	0,1	34	0,1	460	0,8
G) BNH	197	0,9	810	2,9	2 684	6,9	4 269	9,0	6 231	11,1
H) BNCC	29	0,1	32	0,1	42	0,1	50	0,1	44	0,1
I) CEPLAC	15	0,1	23	0,1	31	0,1	42	0,1	64	0,1
III) Outras Contas do Banco do Brasil não classificadas nos itens acima	...	-	289	-	533	-	1 019	-	578	-
IV) Giro + Investimento (I + II)	21 544	100,0	28 266	100,0	39 006	100,0	47 712	100,0	56 013	100,0
- Índice	-	-	131	-	138	-	122	-	117	-
V) Índice Geral de Preços (disponibilidade interna) <sup>b</sup>	139	-	125	-	126	-	120	-	119	-

FONTE: Banco Central do Brasil (Boletim).

<sup>a</sup>Inclusive Sociedades de Economia Mista.<sup>b</sup>Índices: dezembro do ano anterior = 100.<sup>c</sup>Inclusive Resolução nº 5, de 26/8/65 (Empréstimos rurais deduzíveis do recolhimento compulsório).<sup>d</sup>Exclusive Empréstimos a Instituições Financeiras.<sup>e</sup>Exclusive FINAME (Bancos Comerciais) e BNB (Giro e Investimento).<sup>f</sup>Corresponde ao FUNGIRO (incluído em II-A).<sup>g</sup>Inclusive FUNGIRO - valores retificados em dez./1969 e dez./1970.



## Empréstimos ao setor privado (1) - QUADRO I-B

	Saldo em Cr\$ milhões		Variações % 1973/72
	1972	1973	
<b>1.0) Para investimentos</b>	<b>43.364</b>	<b>87.978</b>	<b>+ 58,0%</b>
BNDE (2)	6.225	8.843	+ 42,1%
BNH (3)	9.204	13.209	+ 43,5%
Sociedades de crédito imobiliário	8.754	14.703	+ 68,0%
Caixa Econômica Federal	3.795	5.498	+ 44,9%
Caixas econômicas estaduais	1.192	2.447	+105,3%
AFE	1.435	2.510	+ 74,9%
Bancos de investimento (4)	695	1.073	+ 55,1%
BND	875	1.190	+ 36,0%
Finame	1.476	1.943	+ 31,6%
Bancos estaduais de desenvolvim. (5)	1.081	3.176	+193,8%
Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC)	66	82	+ 24,2%
Banco do Brasil (6)	7.140	9.387	+ 31,5%
Banco da Amazônia	401	1.125	+177,2%
PIS	877	2.252	+158,9%
PASEP	155	325	+109,0%
<b>2.0) Para giro e crédito fixo</b>	<b>109.307</b>	<b>150.601</b>	<b>+ 37,8%</b>
Financiarias	15.596	59.249	+ 281,6%
Bancos comerciais (7)	45.930	62.136	+ 35,4%
Priveiros e caixas estaduais	42.873	60.172	+ 40,8%
BNH	1.349	2.026	+ 50,2%
Banco da Amazônia	300	325	+ 8,3%
Bancos estad. de desenvolvim. (8)	240	424	+ 76,7%
Banco do Brasil (9)	17.407	21.221	+ 21,9%
Bancos de investimento (4)	23.012	25.065	+ 8,9%
BNDE (Bongide)	57	140	+ 143,9%
Caixa Econômica Federal	3.509	6.550	+ 86,9%
Caixas econômicas estaduais	1.552	2.844	+ 83,1%
BNCC	134	198	+ 47,0%
PIS	245	1.112	+ 351,4%
PASEP	912	2.315	+153,0%
<b>TOTAL</b>	<b>152.671</b>	<b>238.579</b>	<b>+ 56,6%</b>

- 1) Inclusive sociedades de economia mista.
- 2) Exclui participação de capital, finance e empréstimos aos bancos de desenvolvimento.
- 3) Exclui empréstimos de caixas econômicas, SCI e APE.
- 4) Exclui recursos do Fianme e BNH.
- 5) Exclui recursos do Fianme, BNH e Finame.
- 6) Exclui empréstimos a instituições financeiras e PASEP.
- 7) Exclui empréstimos a instituições financeiras, Finame e refinanciamentos do BNH.
- 8) Exclui empréstimos a instituições financeiras e PASEP.
- 9) Exclui empréstimos a instituições financeiras e PASEP.

## Os instrumentos da poupança

Fim de período — Cr\$ milhões

	1968	1969	1970	1971	1972	1973
<b>I. Poupança voluntária</b>						
a — Depósitos a prazo fixo	1.056	1.969	4.284	9.310	16.803	27.517
b — Cadernetas de poupança	980	957	2.006	3.784	7.799	14.490
c — Letras imobiliárias	556	1.011	1.362	2.907	4.637	6.566
d — Letras de câmbio	2.139	8.172	3.130	15.062	22.158	36.865
subtotal	4.731	12.110	10.782	31.063	51.397	85.438
<b>II. Poupança compulsória</b>						
a — FGTS	1.824	2.030	0.142	9.669	14.666	21.462 (1)
b — PIS	—	—	—	296	1.628	4.153
c — PASEP	—	—	—	292	1.304	3.602
subtotal	1.824	2.030	0.142	10.257	17.598	29.217
<b>III. Reservas técnicas de seguros</b>	337	363	413	893	1.106	1.448 (2)
<b>IV. Possibilidades de dupla contagem</b>						
a — Títulos públicos federais	3.491	5.321	10.112	15.445	26.179	38.344
b — Mercado primário (emissor)	4.703	6.119	6.513	17.054	15.524	21.288
subtotal	8.194	11.440	16.625	32.499	41.703	59.632
<b>TOTAL</b>	<b>17.014</b>	<b>26.288</b>	<b>40.417</b>	<b>74.982</b>	<b>111.804</b>	<b>167.980</b>

(1) arrecadação bruta; (2) em 1973, até setembro. Fontes: CE—BC (1973).



pulsoriamente sobre a folha de salários das empresas (que constituem os fundos do FGTS) constituíam, em 1970, 81% dos recursos mobilizados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). Aqui também se estabelece uma relação de complementaridade entre os programas governamentais de construção civil e os monopólios estrangeiros que dominam o setor de material elétrico (que tem parte de sua produção destinada à construção civil).

Assim como os recursos do FGTS são geridos pelo BNH, os do PASEP são pelo Banco do Brasil e os do PIS pela Caixa Econômica Federal. Em resumo, todos estes fundos têm em comum o fato de corresponderem a parcelas da mais-valia extorquida aos trabalhadores brasileiros que é gerida pelos organismos públicos e posta a serviço dos capitais privados.

Os depósitos a prazo fixo, que atingiram 27.517 milhões de cruzeiros em 1973, constituem o terceiro "instrumento" de poupança, por ordem de importância da massa de recursos canalizados, e se encontram concentrados nos bancos do Estado, nos bancos comerciais e nos bancos de investimento. A luta pela obtenção de recursos tem levado a que os bancos comerciais - que pagam taxas de 22% ao ano - percam terreno para os bancos de investimento que pagam taxas de juro superiores, acompanhando as taxas pagas às letras de câmbio. É evidente que a contrapartida das altas taxas de juro pagas aos "poupadores" é o aumento das taxas cobradas pelos empréstimos concedidos pelos bancos de investimento. Isto, por sua vez, constitui uma barreira para a utilização destes recursos em investimentos produtivos, como demonstra o fato de que do montante total dos depósitos a prazo fixo nos bancos de investimento (19 1 bilhões de cruzeiros em 1973) somente 5% tenha sido utilizado em empréstimos para investimentos.

(continua no próximo número)

## O SETOR DE ESTADO A SERVIÇO DOS MONOPÓLIOS :

Marta Alves

### II- SIDERURGIA

O setor siderúrgico tem um papel estratégico em todo processo de desenvolvimento industrial. A continuidade desse processo está estreitamente ligada ao suprimento adequado e em escala crescente de matérias primas básicas, em especial o aço que, em suas diversas formas é elemento comum a toda a atividade industrial.

O crescimento industrial do Brasil também esteve intimamente relacionado com o crescimento da siderurgia. Até 1940, o desenvolvimento da siderurgia se deu através da iniciativa privada, mas sempre com a ajuda governamental que concedia favôres fiscais, empréstimos, baixas taxas de fretes, isenções de direitos de importação, etc. Neste período foram criadas várias fundições de aço, como a CIA SIDERURGICA MINEIRA, mais tarde BELGO MINEIRA, AÇOS PAULISTA, M.DEDINI S.A., e outros menores.

O Estado brasileiro, depois de várias tentativas para implantar uma grande usina siderúrgica, fundou em abril de 1941 a CIA SIDERURGICA NACIONAL, que começou a funcionar 5 anos depois. Mais tarde, na década dos 50, outras grandes usinas foram implantadas: a CIA SIDERURGICA MANESMAN, a USIMINAS e a COSIPA. Atualmente, as principais empresas do setor são:

- 1) Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

Seu patrimônio líquido, em 1972, era de 1583 milhões de cruzeiros. É uma empresa de capital misto com controle acionário do Estado. Sua produção é destinada principalmente ao mercado nacional, restando pequena percentagem para a exportação (6,8% em 1972). O crescimento da produção da CSN nos últimos anos se deu, quase que exclusivamente através da utilização da capacidade ociosa da empresa.



O programa siderúrgico nacional prevê a expansão da CSN em 3 fases. Estas ampliações elevaram a capacidade de produção de 1,5 milhões de toneladas de aço em lingotes, a 1,7 milhões na primeira fase, em 1973; prevendo-se 2,5 milhões de toneladas para 1975 e 4 milhões de toneladas para 1980.

Para a execução da primeira e segunda fase serão necessários investimentos de 430 milhões de dólares. Deste total, 48,5% serão recursos internos e 51,5% de financiamentos externos (Bid, Banco Mundial, empréstimos).

#### 2) Cia Siderúrgica Paulista Cosipa.

Empresa de capital misto, com controle acionário do Estado, seu patrimônio líquido em 72 era de 929 milhões de cruzeiros. A Cosipa também destina a maior parte de sua produção (500.000 toneladas anuais), ao mercado do interno.

A ampliação da Cosipa está programada em duas etapas. A primeira elevaria a capacidade produtiva a 1 milhão de toneladas anuais, a segunda chegando a 2.300 mil toneladas anuais em 1976. A previsão do valor dos investimentos feitos pela Cosipa é de 359 milhões de dólares para a primeira etapa.

#### 3) Acesita

Fundada em 1944, com capital privado, é atualmente controlada pelo Banco do Brasil que possuía em outubro de 1969, 95,4% das ações. Especializada em aços especiais, produz para os mercados interno e externo. No mercado externo, a Acesita tem colocado seus produtos principalmente na América Latina.

A empresa estimou em 610 milhões de cruzeiros os investimentos totais necessários à sua expansão. Os equipamentos serão em 70% importados com financiamento externo.

#### 4) Usiminas

Fundada em 1956 com a participação de capitais nacionais e estrangeiros, a Usiminas entrou em funcionamento em dezembro de 1962. O controle acionário é exercido pelo BNDE com 73%, seguido pela Nippon Usiminas com 18,73%, do Tesouro Nacional com 6,47% e diversos com pequena participação. As exportações da Usiminas calculadas sobre o total de lingotes produzidos de 1969 a 1971 apresentou uma taxa média em torno de 10%.

O plano de expansão da Usiminas prevê atingir em 1975, 2.400 mil toneladas e 3.500 mil toneladas em 1980.

#### 5) Belgo Mineira

Fundada em 1921 por capitais privados sob a dominação da Cia Siderúrgica, associou-se posteriormente ao grupo estrangeiro Belga, donde seu nome atual. Seu patrimônio líquido em 1972 era de 797 milhões de cruzeiros. Seu controle acionário é exercido pela Arbeol (Luxemburgo) e conta com participação minoritária da Deltec (EUA).

Os recursos previstos para sua expansão (213 milhões de cruzeiros) provêm de seu auto-financiamento.

Essas 5 grandes empresas do setor siderúrgico respondem por mais de 70% da produção total do setor e, como se pode ver, apenas uma delas tem controle privado, no caso, predominantemente estrangeiro. No conjunto do setor, a participação do capital estrangeiro até 1968, era de 18,2%, enquanto que a participação majoritária correspondia a empresas estatais com 75,5%. Essa participação estatal tende a diminuir percentualmente na medida em que os investimentos estatais em novas empresas siderúrgicas têm sido feitos em associação com o capital privado, o Estado conservando apenas 51% das ações.

Mas além do peso importante das empresas com controle majoritário do Estado, este também atua através do CONSIDER (Conselho Nacional da Indústria Siderúrgica). O CONSIDER responde pela análise e aprovação dos projetos siderúrgicos, pela fixação de preços, pelo exame dos pedidos de importação de equipamentos, etc. Também é responsável pela elaboração do Plano Nacional Siderúrgico, o que equivale a dizer que ele fixa toda a orientação do setor,



rientação do setor, podendo inclusive encaminhar às agências de financiamento pedidos de fornecimento de crédito a taxas de juro preferenciais.

### A crise do aço

A partir de 1971, começou a manifestar-se nitidamente que a produção nacional de aço não conseguia acompanhar o crescimento da demanda interna. Enquanto esta última crescia à taxa média de 20%, a produção de aço crescia somente de 12%.

As razões desta decalagem estão ligadas à deficiência de planejamento, principalmente no que diz respeito à capacidade de produção e às necessidades de investimento. Assim, logo depois do golpe de 1964, o relatório Booz-Allen, encomendado pelo então ministro Roberto Campos, chegava à conclusão que todo investimento suplementar, na próxima década, no setor siderúrgico, era supérfluo, na medida em que as empresas já instaladas tinham uma capacidade ociosa elevada. Porém, na medida em que essa capacidade de ociosa ia sendo utilizada, tornava-se cada vez mais evidente a necessidade de se realizar novos investimentos no setor. Já em princípios de 1970 em entrevista concedida ao Jornal do Brasil, o ministro da indústria e comércio, Pratini de Moraes, declarava: "Trabalhos como o relatório Booz-Allen já estão superados de tal modo as taxas de desenvolvimento superaram as previsões. No momento estamos procurando queimar etapas através da atualização dos programas passados, antecipando, mesmo, a execução dos programas existentes... Na estimativa geral que acabamos de realizar, nosso programa prevê um aumento da produção para 15 milhões de toneladas em 1980". Mesmo quando investimentos novos foram decididos, eles se dirigiram para setores não prioritários. Assim, foram feitos investimentos no setor de aços especiais em que já existia um excedente de produção em relação à demanda interna. Esses investimentos foram realizados para aumentar a capacidade de exportação de aço dentro da perspectiva de estimular ao máximo as exportações do Brasil. O aumento das exportações constitui, com efeito, um dos pontos-chaves da política econômica da ditadura. Esses investimentos no setor de aços especiais foram realizados em detrimento do setor de aços comuns - aços planos e aços não planos - cuja produção era bastante inferior à demanda interna.

O "Estado de São Paulo" de 28/1/70 num editorial intitulado "capricho econômico" dizia: "a câmara dos deputados acaba de aprovar a participação do governo federal no aumento de capital da Aços Finos Piratini (aços especiais) no montante de 121 milhões de cruzeiros... Nosso regime político permitiu assim que se cometesse um crime contra a economia popular, impedindo que deputados livres pudessem pronunciar-se contra um projeto que representa apenas um capricho do poder Executivo... Com os recursos aplicados na Aços Finos Piratini S.A. estamos privando de recursos as usinas de aço comum que tanto necessitam delas para realizar investimentos indispensáveis, se não quisermos daqui a alguns anos ver nossas importações de aço comum aumentarem numa proporção que poderá pôr em perigo o próprio equilíbrio da balança de pagamentos. A ameaça é muito séria: vamos chegar à situação paradoxal de nos tornarmos um dos maiores exportadores de minério de ferro e, simultaneamente, um dos maiores importadores de aço... o único problema que temos de enfrentar é a falta de recursos para realizar os investimentos necessários. Diante dessa situação não se pode entender que se desvirtuem recursos, aplicando-os justamente num setor em que existe superprodução".

Quanto ao rápido crescimento da demanda ele é característico de uma fase de expansão industrial. Mas, aparecendo pontos de estrangulamento, no caso na produção do aço, isto é, o abastecimento sendo insuficiente para suprir as necessidades, todo o processo de expansão industrial estará comprometido. Esta escassez determina a elevação do preço do aço que tem duas funções: 1) a alta elimina os compradores de menor poder aquisitivo; 2) a alta eleva os lucros acelerando a acumulação de capital no setor e a



traí novos capitais que visam valorizar-se a altas taxas.

Os novos investimentos tendem evidentemente a eliminar os pontos de estrangulamento. Mas essa eliminação não é imediata, ela leva tempo para se efetivar. Com efeito, o prazo entre a decisão de investir e a entrada em funcionamento da nova unidade de produção é mais ou menos longo conforme a complexidade e o custo das instalações. Deve-se em primeiro lugar elaborar os projetos e conseguir o financiamento necessário que nem sempre é imediato, mas mesmo este problema estando resolvido, o prazo de instalação de uma nova usina siderúrgica é de no mínimo 3 anos. Enquanto a produção suplementar de aço não chega ao mercado, todas as indústrias que o utilizam como matéria-prima terão que reduzir sua produção. Ora, além da indústria automobilística, os setores cuja demanda de aço mais cresceu foram o da construção civil, de máquinas e equipamentos industriais. Assim, por exemplo, em 1972, o aumento da demanda desses setores em aços planos comuns foi de mais 219,6% para a construção civil e de mais 101,3% para "máquinas e equipamentos industriais", destacando-se também a indústria naval com mais 85,4%. A redução da produção desses setores acarreta por sua vez a redução da produção de outras indústrias que não utilizam o aço como matéria-prima; pneus, cimentos, etc. Este efeito de "bola de neve" pode levar à recessão econômica antes mesmo que a produção suplementar de aço chegue ao mercado.

Evidentemente todo este raciocínio está construído com base numa economia fechada. A escassez de uma matéria-prima pode ser compensada com as importações, mas este recurso também encontra limites. Esses limites são ditados pela vulnerabilidade da balança de pagamentos e pelas disponibilidades do produto no mercado internacional. Se as importações suplementares não são cobertas por exportações ou por entrada de capitais, a balança de pagamentos terá de enfrentar um vultuoso déficit com todas as consequências que isto acarreta.

Segundo o Instituto Brasileiro de Siderurgia, o Brasil produziu em 1972, 6518 mil toneladas de lingotes para um consumo de 7654 mil toneladas. Considerando que parte da produção foi exportada - cerca de 800 mil toneladas - o mercado interno teve neste ano um déficit de abastecimento de aço de cerca de 2 milhões de toneladas, coberto pelas importações. Para 1973, as estimativas de importação giram em torno de 4 milhões de toneladas. Ora a produção nacional vem utilizando a total capacidade instalada do setor e não pode portanto aumentar sem a ampliação desta capacidade. Já em 1971, revia-se o Plano Siderúrgico Nacional, estabelecendo-se a meta de ampliação da capacidade de produção para 20 milhões de toneladas em 1980. Ora, se essa ampliação tivesse sido decidida 3 anos antes e se os recursos existentes tivessem sido aplicados nos setores prioritários em vez de serem aplicados nos setores siderúrgicos, em que existe superprodução, essa crise poderia ter sido praticamente inexistente.

Assim, caso o Brasil estivesse produzindo em 1973 em torno de 10 milhões de toneladas, o que teria sido possível se o Plano Siderúrgico Nacional começasse com 3 anos de antecedência, em função da aceleração do processo de industrialização do país, poderia dispor de 2 milhões de toneladas para lançar no mercado externo, auferindo divisas da ordem de 500 milhões de dólares além de manter garantido o abastecimento do mercado interno.

Isso é importante, na medida em que envolvida em toda essa crise está a questão dos preços. Sendo país comprador, o Brasil tem que pagar preço cada vez mais alto, em prejuízo da luta contra a inflação. Em 1973, a inflação máxima estava pré-fixada em 12%, mas os preços do aço no mercado internacional estavam nesta época 60% acima dos vigentes no mercado nacional. Assim, os produtores privados são levados a exportar, pois além de venderem a preços mais altos, gozam de benefícios fiscais. Ou então usam métodos tipicamente especulativos quando não de charlatanice pura e simples como no caso descrito pelo Jornal do Brasil de 5/10/73 :



" O esquema montado por algumas empresas - siderúrgicas e não siderúrgicas - consiste basicamente na exportação e na importação do mesmo aço. O produto não chega a ser desembarcado do navio. Desta forma é que está sendo possível constatar o retorno ao Brasil de produtos siderúrgicos aqui fabricados. Os passos que estão sendo dados para essa manobra são os seguintes :

- 1) Exportação - a venda ao exterior tanto pode ser feita diretamente pela empresa siderúrgica como por uma "trading company". No primeiro caso, a empresa se credita em 10% sobre o IPI e também em 10% do ICM. Ainda mais deixa de pagar 13,5% relativos ao ICM incidente sobre as vendas internas. No segundo caso, o que se faz normalmente é um acordo entre a "trading company" e a usina. Uma espécie de conta corrente particular sobre os benefícios fiscais da operação. Uma vez feito isso, o aço é embarcado...
- 2) Importação - o conselho de Política Aduaneira já isentou a importação de vários tipos de aço para complementar as necessidades internas de abastecimento...
- 3) O prejuízo - o governo é que está arcando com o prejuízo. Primeiro na isenção tributária na exportação, o que se repete na importação "

Além do mais, como as importações são de responsabilidade exclusiva das 3 estatais - CSN, Cosipa, e Usiminas - elas enfrentam um quadro negativo pois terão normalmente que arcar com os prejuízos. A CSN, por exemplo, como única produtora de fôlhas de flandres, é também a única responsável pelo abastecimento do produto. Como sua produção é insuficiente, se vê obrigada a importar por um preço mais alto e subsidiar as vendas ao mercado interno. Os intermediários no mercado do aço, categoria que proliferou nos últimos anos, compram aço em grandes quantidades, revendendo-o em pequenos lotes para acompanhar o preço do dia. Seus preços oficiais evidentemente se alinham em parte nos fixados pelo CIP, mas na prática, eles só vendem para quem pagar o preço acima da tabela. Não são evidentemente as grandes empresas utilizadoras de aço que se abastecem junto a esses intermediários, mas as pequenas e médias empresas que não tem acesso direto às empresas produtoras.

O comportamento das grandes empresas utilizadoras de aço, também contribui para acentuar a escassez. Com efeito, as expectativas de continuidade da escassez e elevação do preço do aço sendo bastante generalizadas, elas se lançaram na formação de estoques bem superiores aos normais. Assim, o então ministro da Indústria e Comércio, Pratiní de Moraes, em discurso pronunciado na sessão de encerramento do IIIº congresso de Siderurgia do IBS (Instituto Brasileiro de Siderurgia), declarava :

" Solicito aos produtores que transmitam aos seus consumidores que este não é o ano de reposição de estoques, mas antes um ano de trabalho com programações adequadas e de baixos estoques. "

(Jornal do Brasil, 12/4/73).

Evidentemente este fenômeno de "antecipação" não foi a causa da crise, como afirmam os técnicos governamentais, mas serviu para amplificá-la. Esse comportamento das indústrias utilizadoras de aço teve como consequência difundir a alta do preço do aço a toda a economia além de proporcionar-lhes enormes sobre-lucros. Quanto as indústrias que não formaram estoques, estas se viram obrigadas a diminuir sua produção, o que ocasionou outros pontos de estrangulamento setoriais.

As indústrias mais afetadas pela escassez de aço foram as indústrias automobilísticas e de equipamentos, seus principais consumidores. E elas no entanto, não encontram tantas dificuldades para seu abastecimento como a pequena e a média empresa - é o vaso, por exemplo, do setor de autopeças que emprega um dos maiores volumes de mão de obra do país - onde o problema se torna mais grave. Outro setor bastante atingido foi o setor de



construção que teve seus custos elevados de forma impressionante. A opção dessas indústrias era assumir o prejuízo ou aumentar os preços dos produtos finais. Mas o aumento dos preços estava limitado pelo governo a 12%.

A política de controle de preços afetou muito o setor siderúrgico, principalmente as empresas estatais. Um pedido das empresas siderúrgicas foi encaminhado em inícios de 1973 ao Conselho Interministerial de Preços (CIP), no sentido do reajuste dos preços na base média de 11%. Mas, para os técnicos do Ministério da Fazenda, se o aumento reivindicado pelas empresas siderúrgicas fosse totalmente atendido, seria praticamente impossível conseguir a taxa de inflação desejada pelo governo. Assim afirmavam que :

" o aço incide direta ou indiretamente em todos os produtos que compõe o chamado índice de inflação. Um acréscimo de 11% no preço do aço provocará um aumento imediato do custo de vida de 4 a 5% . "

A opção do governo era difícil, pois sem o aumento pedido, as siderúrgicas de aços planos - principalmente a CSN, a Usiminas e a Cosipa - não teriam recursos para enfrentar o ambicioso plano de expansão destinado a triplicar a atual produção de aço. A solução dada pelo governo foi um aumento de 5% no preço do aço, acompanhado de um programa de crédito a taxas preferenciais. As reações dos produtores privados de aço foram bastante negativas e se traduziram por diversos tipos de manobras especulativas. Em primeiro lugar, eles passaram a estocar parte de sua produção na espera de uma nova alta dos preços determinada pela escassez do produto. Mas também, para elevar seus preços acima dos estabelecidos pelo CIP, passaram a produzir tipos de produtos com pequenas características diferentes dos que tem seus preços tabelados, vendendo-os no mercado interno de acordo com os preços vigentes no mercado internacional. Assim, um industrial do setor, Soares Cavalcanti, presidente da Trinox, empresa fundada há um ano em associação com duas empresas japonesas, a Marubeni e a Nippon Takin, declarava ao Jornal do Brasil de 15/11/73 :

" A solução da escassez de aço é uma questão de preços. O Conselho Interministerial de Preços deve adotar uma política mais flexível, permitindo aumentos proporcionais ao volume de aço importado. "

Na verdade, as contradições entre o Estado e os produtores privados de aço ficaram restritas ao setor de aços não-planos, na medida em que os produtos planos são fabricados pelas três grandes empresas siderúrgicas estatais - CSN, Cosipa e Usiminas. Para este setor os problemas relativos à sua expansão já estão encaminhados, inclusive os financiamentos necessários à aquisição de equipamentos no exterior. Mas ficou pendente o problema do setor de aços não-planos.

" Este setor - conforme declarava Pratini de Moraes à Visão de 3/6/72 - caracterizando-se por tecnologia simples, menor densidade de capital, menor prazo para maturação dos investimentos, alternativas bastante flexíveis de produção, foi confiado à iniciativa privada... e deverá pelas suas características transformar-se num setor exportador. "

A indústria siderúrgica, como se sabe, tem uma grande economia de escala, isto é, os investimentos em grandes unidades de produção são mais rentáveis que os realizados em pequenos empreendimentos. É por essa razão que existe uma grande concentração e centralização do capital no setor. Das 33 empresas que compõe o setor, segundo "Quem é Quem" de 1973, 17 tem patrimônio líquido superior a 100 milhões de cruzeiros, das quais 12 são empresas privadas. Das restantes, 5 tem patrimônio líquido compreendido entre 50 e 100 milhões de cruzeiros, e apenas 4 empresas tem patrimônio líquido inferior a 10 milhões de cruzeiros.



No entanto, surgiram resistências no seio da grande burguesia industrial do setor siderúrgico às tentativas governamentais de promover uma concentração ainda mais elevada no setor. Não que esses senhores sejam contra a monopolização da economia, mas principalmente porque os projetos apresentados pelos tecnocratas do governo lhes pareceram pouco rentáveis.

A polêmica entre os produtores privados e a política econômica para o setor do aço apareceu claramente na ocasião do IIº Congresso Brasileiro de Siderurgia realizado em abril de 1972. No discurso de abertura do Congresso, Pratini de Moraes criticou duramente as empresas privadas por não estarem se organizando para corresponder às exigências do mercado. Depois de expor a necessidade do setor de aços não-planos se equipar e crescer em equilíbrio com o crescimento do setor de aços planos, dominado pelo Estado, Pratini propôs a criação de uma central do Aço. O projeto da Central do Aço consistia na instalação de uma usina operando à base de carvão mineral, que forneceria aços não planos semi-acabados às laminações. Esse projeto representava um investimento orçado em 300 milhões de dólares, que seria realizado pela união de alguns produtores privados. As reações contra o projeto foram imediatas, verificando-se durante o próprio congresso. "Tenho medo e sou contra a Central", dizia Antônio Ermírio de Moraes proprietário da Aço Anhanguera S.A., oitava empresa do setor, e presidente do IBS. Dois dias depois, o mesmo Ermírio de Moraes divulgava uma nota em que propunha:

"Ao invés de uma Central do Aço, o eventual estudo da possibilidade das três grandes empresas do governo - Usininas, CSN, e Cosipa - instalarem fundições contínuas afim de atender ao mercado... A justificção dessa proposta é que em qualquer parte do mundo, uma empresa produtora de semi-acabados não é rentável."

A proposta de Ermírio de Moraes foi aprovada por todos os participantes do congresso. Poderia parecer estranho esse ânimo "estatizante" por parte daqueles que indubitavelmente fazem parte da burguesia monopolista. Mas, para os capitalistas, a determinante básica é a taxa de lucro. Se um investimento não proporciona uma taxa de lucro julgada suficiente (acima da taxa de lucro média para o capital monopolista), ele não será realizado mesmo que seja essencial para garantir os lucros de capitalistas de outros setores. É em geral nesse caso, que a burguesia monopolista faz apelo ao Estado, para que este, com o dinheiro dos contribuintes, realize o investimento necessário.

Nos parece que é exatamente esta a razão que levou os capitalistas do aço a recusarem investir numa usina de produtos semi-acabados, não rentável e a propor que a produção de aços semi-acabados fôsse assumida pelas empresas estatais. O mesmo processo, aliás, se verificou no setor Petroquímico como já tivemos oportunidade de ver em DEBATE 15. O segundo fator de resistência do setor privado provém do fato de que a maior parte das empresas produtoras de aços não-planos funcionam à base de carvão vegetal. Ora, essas empresas, com a entrada em funcionamento da Central do Aço operando à base de carvão mineral, não gozariam mais de incentivos para as suas respectivas expansões. Num artigo redigido para Veja de 23/4/72, Pratini de Moraes escrevia em tom ameaçador:

"A maior razão para a construção dessa usina (Central do Aço) além dos argumentos técnicos e econômicos é a necessidade que o Brasil tem de limitar ao máximo o consumo de carvão vegetal. Quase toda a siderurgia de não-planos em nosso país é suprida por aço feito a partir de gusa obtido em fornos de carvão vegetal. A chamada "Central do Aço" que estaria funcionando a partir de 1976 representa o único meio de solucionar o problema do carvão vegetal. E o uso do carvão mineral só é praticável em gran



des unidades. Os empresários que não quiseram entender esses argumentos cometeram dois erros : o primeiro de condenarem a si próprios a encontrar soluções alternativas que somente poderão beneficiar dois ou três deles (...), o segundo, de recusarem-se a examinar um problema que mais cedo ou mais tarde poderá importar-lhes o fechamento de suas usinas, que funcionam a carvão vegetal (...). A falta de união dos empresários poderá provocar uma decisão de expandir as próprias empresas estatais, pois o Brasil não pretende continuar importando aços não-planos, de forma crescente. Ou ainda, desperdiçar o interesse dos empresários de outros setores que se apercebem da excelente oportunidade de investimentos que agora se apresenta na área siderúrgica, o que acabará marginalizando ainda mais os atuais produtores subdimensionados.

Porém, essas ameaças não foram suficientes para vencer as resistências dos capitalistas do setor. Diante do veto desses capitalistas, o Estado recuou, desistindo da criação da Central do Aço, mas tomou uma série de medidas visando disciplinar a expansão das usinas produtoras de aços não-planos.

A primeira dessas medidas foi a supressão de incentivos fiscais à expansão e à importação de equipamentos das usinas trabalhando com carvão vegetal ; mas o CONSIDER admite estudar projetos que visem modificar os sistemas adotados pelas mesmas para passar a utilizar carvão mineral. Assim várias empresas tiveram de modificar seus projetos de expansão, alguns inclusive em fase de realização, para poderem continuar a gozar dos incentivos fiscais. Dentre as empresas que foram obrigadas a essa custosa revisão, as maiores são : Belgo-Mineira ( quarta empresa do setor), a Mannesmann ( sétima), e a M.Dedini ( décima-sétima).

A segunda medida tomada, alguns meses depois, foi uma resolução baixada pelo CONSIDER que praticamente obriga o setor de aços não-planos a se concentrar e se centralizar a um ponto extremo. Pela resolução, o CONSIDER só analisará projetos de usinas que se proponham a produzir no mínimo um milhão de toneladas. Isso significa que só os grupos monopolistas terão condições de cumprir as exigências do CONSIDER, pois o investimento mínimo necessário para se implantar uma usina desse porte é de 150 milhões de dolares.

Essa resolução do CONSIDER provocou novas e graves discordâncias entre os capitalistas do aço e a política econômica do Estado. Com efeito, a maior usina privada de aços não-planos - a Belgo-Mineira - produzindo com plena utilização de sua capacidade produtiva, chega apenas à casa das 650.000 toneladas anuais. Mas, o Estado, desta vez, não recuou como no caso da Central do Aço e resolveu então promover associações com o capital estrangeiro. Um dos primeiros resultados dessa política foi a aprovação com grandes incentivos fiscais do projeto da siderúrgica Mendes Junior (usina de aços não-planos acabados) numa complicada associação que deverá unir o grupo Mendes junior, o grupo Antunes, (associado com a Bethlehem Steel e a Honma), os grupos japoneses Nippon Steel e Mitsui e deverá ainda contar com uma participação minoritária de capital estatal.

A análise dessa contradição de interesses entre os capitalistas do setor do aço e a política econômica da ditadura não se afigura clara. Por um lado temos uma série de esforços dos tecnocratas do governo no sentido de aumentar a concentração de capital no setor. Por outro lado, a burguesia industrial do setor, embora nem de longe seja contra a monopolização, recusa boa parte dos projetos governamentais por julgá-los não rentáveis. O Estado volta à carga com a resolução do CONSIDER e passa a promover asso-



ciações com o capital estrangeiro. Uma interpretação possível é que a proposta da Central do Aço - sabidamente não rentável - foi apenas uma artimanha usada para se chegar à meta realmente visada, a associação com grupos estrangeiros em projetos rentáveis. A outra interpretação é que o Estado preferiria que a ampliação do setor de aços não-planos fosse feita pelos capitalistas já instalados no ramo, e cometeu um erro técnico ao propor a instalação de uma usina de produtos semi-acabados.

Essa segunda interpretação não nos parece estar em concordância com as medidas estruturais que foram tomadas em 1973 para ampliar e reorganizar o setor siderúrgico.

Dentre as mais importantes medidas estruturais destaca-se a revisão do Plano Siderúrgico Nacional, antecipando para 1978 uma capacidade instalada de 20 milhões de toneladas prevista anteriormente para 1980, ao mesmo tempo em que se eleva a previsão para este ano para uma capacidade de 32 milhões de toneladas. A revisão do Plano se inscreve na linha de tornar o Brasil um grande exportador de aço no fim da década. Mas, para realizar este objetivo, a ditadura militar se inclinou mais uma vez para a associação com capitais estrangeiros. Nessa associação, o Estado conserva, em geral, 51% das ações, enquanto 49% são detidas pelo capital privado, principalmente estrangeiro. O presidente do Conselho Nacional de Siderurgia, Luiz Fernando Sarcinelli, dá o tom quando declara:

"Uma usina siderúrgica para ser rentável deve produzir no mínimo 3 milhões de toneladas. Isto representa um investimento de 600 à 700 milhões de dólares que uma só empresa não pode fornecer. É por isso que nos dirigimos às multinacionais que trazem ao mesmo tempo sua tecnologia."

Basta analisar a projeção da produção brasileira de aço através dos principais projetos para 1978/1980, para verificar o que representa essa associação com o capital estrangeiro:

Projeção da produção brasileira de aço através dos principais projetos  
(milhões de toneladas)

	1972	1978 - 1980
<u>CSN</u> (estatal)	1,3	4 (1978)
<u>USIMINAS</u> (estatal e Nippon Steel)	1,1	3,5 (1978)
<u>COSIPA</u> (estatal)	0,6	3,4 (1978)
<u>TUBARÃO</u> (estatal, Kawasaki, Finsider)	-	6 (1980)
<u>ITAQUI</u> (estatal, Nippon Steel e U.S. Steel)	-	12 (1980)
<u>MENDES JUNIOR</u> (estatal, Mendes Junior, Antunes, Nippon Steel e Mitsui)	-	2 (1980)
<u>TOTAL</u>	9,0	30,9
Produção brasileira total	6,5	32,2 (1980)



É essa estratégia de associação com grupos estrangeiros que permitirá ao Brasil passar de simples exportador de minério bruto para exportador de minério bruto e também de aço. O caminho da associação atende de um lado a política econômica da ditadura por garantir o crescimento das exportações, um dos seus esteios fundamentais; por outro lado, atende aos interesses dos grupos estrangeiros, que em virtude dos problemas enfrentados em seus respectivos países para a ampliação de suas usinas siderúrgicas (aumento do custo da força de trabalho, legislação contra a poluição, etc.) preferem transferir suas usinas para países como o Brasil e importar o produto já transformado a um custo baixo (favorecido pela existência de minério em grande quantidade, baixo custo da mão de obra, e localização das usinas junto a portos, facilitando o carregamento dos navios).

Os acordos de associação feitos com o capital estrangeiro não dizem respeito unicamente a siderurgia. Assim, por exemplo, o projeto de Itaquí realizado em associação com a U.S. Steel e a Nippon Steel, compreende a construção de um porto, a exploração do minério de ferro da Serra dos Carajás e a construção de uma enorme usina siderúrgica situada junto ao porto. 40 milhões de toneladas de minério de ferro da Serra dos Carajás serão exportados anualmente. Dêsse total, 15 milhões de toneladas serão enviados às siderúrgicas da U.S. Steel e 12 milhões de toneladas às da Nippon Steel. Esse acordo de associação ainda inclui uma cláusula de financiamento de 55 bilhões de ienes (cerca de um bilhão de cruzeiros) concedido pelo Banco de Export-Import do Japão para a compra dos equipamentos necessários à primeira fase do projeto. Ora, o Brasil, apesar do Estado possuir em princípio 51% das ações, não poderá escolher os fornecedores de equipamentos e a tecnologia que julgar adequada, pois os 55 bilhões de ienes deverão obrigatoriamente ser utilizados para a aquisição de equipamentos fabricados no Japão.

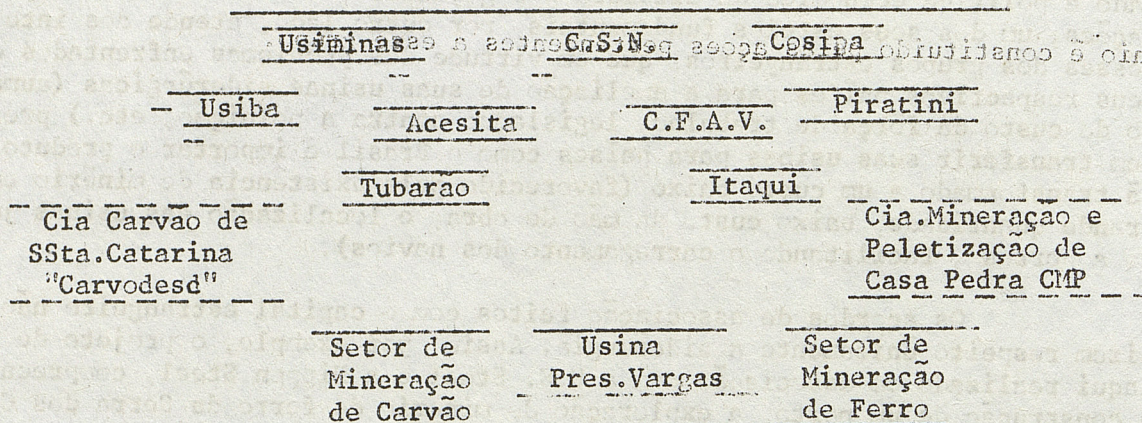
No total, para realizar o objetivo de ampliação da capacidade produtiva de aço instalada no Brasil para 32 milhões de toneladas em 1980, serão necessários investimentos para o período 1974/1980 que se elevam à fabulosa soma de 6,5 bilhões de dolares. As fontes de recursos já oficialmente identificadas são as seguintes: financiamentos nacionais (principalmente BNDE) - 16,5%; recursos próprios das siderúrgicas, inclusive novos aportes de capital de acionistas - 46%; financiamentos externos - 37,5% (BID, BIRD, acordos bilaterais e empréstimos privados). As cifras são relativamente enganosas pois quando se fala em recursos próprios das siderúrgicas não se está falando em auto-financiamento mas, principalmente de ampliação de capital com a possibilidade do aumento de participação dos acionistas estrangeiros.

Outra importante medida estrutural tomada em decorrência da meta de quintuplicar a produção de aço no Brasil, foi a criação da Siderbrás em setembro de 1973. A Siderbrás é a empresa "holding" da siderurgia estatal, tendo portanto assumido o controle de todas as partes acionárias que o Estado possuía no setor siderúrgico, como o mostra o gráfico da página seguinte

É importante vermos qual o real sentido de formar uma companhia "holding" do Estado no setor siderúrgico. O primeiro ponto a observar é que a própria Siderbrás é um "holding" de capital misto com 51% das ações pertencentes ao Estado. Ora, a formação de um "holding" nesses termos é um artifício bastante conhecido para ampliar a capacidade de investimentos dos que controlam a maioria das ações de uma sociedade. O grupo dirigente de uma sociedade por ações, no momento em que precisa ampliar sua capacidade de investimentos, não pode vender ao "público" uma quantidade ilimitada de ações se quiser continuar a exercer o controle. Essa dificuldade é contornada em parte pela formação de um "holding", isto é, uma companhia cujo patrimônio é constituído pelas ações pertencentes a esse grupo.



SIDERBRAS



Assim um grupo que tenha 51% das ações de uma companhia e precise de capital líquido, forma um "holding" que passa a deter essas ações. Os 51% das ações da primeira companhia passam portanto a constituir 100% do patrimônio do "holding". O grupo conserva 51% das ações do "holding" e vende os 49% restantes. Ele controla agora o "holding" e, por meio deste, a primeira companhia com aproximadamente 26% do capital desta última, enquanto fica com 25% deste capital em dinheiro líquido para outros investimentos.

É esta justamente a explicação da criação do "holding" Siderbrás, pois o uso deste artifício permitiu ao Estado desinvestir relativamente do setor siderúrgico (isto é, retirar capital líquido do setor) ao mesmo tempo em que continua mantendo, por meio da Siderbrás, o controle que exercia sobre as empresas cujas ações lhe pertenciam majoritariamente.

O fato da Siderbrás ser um "holding" controlado majoritariamente pelo Estado, não a impede de poder associar-se, minoritariamente, enquanto tal, com o capital privado. Nesse sentido ela obedece ao mesmo tipo de concepção que presidiu a criação da Braspetro (ver DEBATE 15). Mas, contrariamente à Braspetro que só pode se associar minoritariamente no exterior, a Siderbrás poderá fazê-lo mesmo no interior do país. Assim a lei de criação da Siderbrás é bastante explícita :

" Art.2º : A Siderbrás terá por objetivo : (...) Promover por intermédio de subsidiários ou associados, a execução de atividades relacionadas com a indústria siderúrgica no Brasil e no Exterior. Art.3º : A Siderbrás poderá criar subsidiárias e participar do capital de sociedade de capital misto e, minoritariamente, de empresas siderúrgicas e afins. "

Na medida em que a criação da Siderbrás data de setembro de 1973, ainda não se pode dizer qual será a amplitude dessas associações minoritárias. De qualquer forma, ao nível legal, a porta está aberta para que, por exemplo, no momento de uma ampliação de capital das usinas de Tubarão e Itaqui, o Estado perca o controle majoritário. Se até agora o Estado manteve uma participação elevada no setor e quiz assumir o controle majoritário dos novos projetos em associação com o capital estrangeiro, a razão nos parece ser que ele quis se assegurar que o crescimento de um setor determinante para o próprio desenvolvimento capitalista, não dependeria exclusivamente das flutuações da taxa de lucro. Mas, na medida em que os grandes monopólios tem se mostrado vivamente interessados em investir nesse setor, a diminuição da participação estatal está dentro da lógica que move



as ações do Estado brasileiro na economia. Com efeito, a ação da ditadura militar a serviço dos monopólios no referente aos investimentos públicos tende a ser de investir nos setores em que a taxa de lucro é baixa, mas que são indispensáveis para manter as taxas de lucro dos capitalistas de outros setores, ao mesmo tempo em que devolve aos grandes monopólios os setores onde a taxa de lucro é elevada.

Examinamos em DEBATE 15, como no caso de um setor em que a taxa de lucro esperada era baixa, no caso o setor Petroquímico, o Estado tinha aumentado enormemente a sua participação, assumindo o controle do setor. Falamos também, neste mesmo artigo, das pressões que vinham sendo exercidas pelos grandes monopólios para participar da exploração do petróleo no Brasil, setor evidentemente muito rentável hoje em dia. Nesse caso, a ditadura militar a serviço dos monopólios ainda não se atreveu a dar o grande salto que implicaria na quebra do monopólio estatal da exploração do petróleo. Enquanto que no caso do setor siderúrgico, a diminuição relativa da participação estatal na produção não colocou maiores problemas. Na hora em que o Estado, atendendo aos interesses dos monopólios, quiser ceder o controle majoritário das maiores empresas siderúrgicas, poderá fazê-lo escudado na lei de criação da Siderbrás que permite associações minoritárias.

No caso da Petrobrás, a ditadura herdou uma empresa pública que foi uma conquista do movimento democrático e nacional, como o mostra a própria lei que lhe confere o monopólio estatal da exploração do petróleo. É por esta razão que a ditadura ainda não se decidiu a enfrentar o problema político que colocaria a quebra desse monopólio, embora venha sofrendo pressões nesse sentido.

Enquanto que a Siderbrás criada pela ditadura militar a serviço dos monopólios, contém em sua própria estrutura jurídica todos os elementos que permitem atender aos interesses dos grandes monopólios e reflete portanto nitidamente o caráter anti-popular que presidiu sua criação.

=====

SETOR AGRARIO : III- NOTAS SOBRE A PRODUÇÃO DE TRIGO E SOJA

A.Silva

A maior parte da soja brasileira é fornecida pelos agricultores especializados no sistema de produção trigo-soja (cultura intercalada). Os três estados sulinos são responsáveis pela quase totalidade da colheita (92% em 1970) cabendo praticamente todo o resto ao Estado de São Paulo. É pois uma cultura específica às regiões onde mais se desenvolveu o que pode ser chamado de capitalismo agrário: a cereicultura do sul do Brasil. Não cabe aqui discutir porque, na produção de cereais, o aumento da força produtiva ou da produtividade do trabalho foi mais acelerado que na maioria dos outros ramos da produção agrícola. É suficiente lembrar que as mudanças no processo de trabalho que implicaram numa diminuição do tempo socialmente necessário para essa produção foram muito mais intensas. A seleção de novas variedades exigindo fertilização química e tratamento (herbicidas, inseticidas etc.) e o emprego sistemático da mecanização foram as principais mudanças. Nas lavouras do planalto gaúcho, por exemplo, uma moderna colhedeira trata mil sacos de trigo (ou de soja) numa jornada de 12 horas. A operação feita pelo condutor e por um motorista de caminhão equivale ao trabalho de 56 homens.

Muitos fatores semelhantes contribuíram para que a soja (leguminosa) se tornasse a melhor combinação à produção de trigo. Ela está



para a alimentação animal (monogástricos) assim como o trigo está para a alimentação humana. A tendência constante nos países industrializados ao consumo cada vez maior de proteínas animais exige um desenvolvimento das culturas ricas em proteínas vegetais (são necessários 6 kg de proteínas vegetais para se fazer 1 kg de proteínas animais). A soja responde bem a essa necessidade além de constituir, por suas características agrônômicas, um ótimo precedente cultural ao trigo. Permite a alternância de duas culturas por longos períodos sem grande empobrecimento da terra. O material agrícola de plantio e de colheita é o mesmo. A utilização de variedades de trigo de ciclo curto permite a obtenção de duas colheitas anuais de dois produtos nobres. Redução portanto do tempo de rotação do capital, possibilitando duas rotações do capital fixo pela redução da diferença entre o tempo de trabalho e o tempo de produção. Assim, o período em que tanto o capital fixo quanto o capital circulante permaneciam estacionados fora do processo produtivo diminuiu. Uma especialização trigo-soja reforçou a viabilidade apresentada pela cerealicultura como ramo de investimento de capital, ou melhor, da exploração do trabalho assalariado.

Reforçou também, evidentemente, a interdependência do sistema produtivo agrícola e industrial. O fornecimento de tratores, máquinas, fertilizantes, produtos químicos de tratamento, etc. assim como a transformação dos produtos: moínhos, fábrica de óleos vegetais, produção de rações animais, panificação, passaram a constituir uma base para a formação de monopólios ou o desenvolvimento dos já existentes. Tal processo se deu num período anterior nos Estados Unidos o que traz consequências evidentes em sua "repetição" em países como o Brasil. No caso da soja, os EUA dominam 90% do comércio mundial, cabendo o resto à produção brasileira cuja colheita corresponde à entressafra americana. Mas vejamos primeiro quem são os produtores e as firmas no Brasil.

#### A produção de soja e trigo

A produção de soja está concentrada no noroeste do Rio Grande do Sul (Alto Uruguai) e não corresponde exatamente (dados de 1970) à zona de maior produção de trigo: zona do Planalto Médio (Carazinho). Utilizaremos como exemplo uma região situada sobre essas duas zonas, mas mais representativa da área da soja. Trata-se da região de influência da cidade de Três de Maio: 31 municípios em sua maioria da micro-região homogênea Colonial Santa Rosa. Ela corresponde a 5% da área dos estabelecimentos agrícolas do Estado, mas a 40% da área colhida em soja. A estrutura fundiária é dada no quadro seguinte:

Intervalo de área	Imóveis Rurais		Soma das áreas	
	ha	nº % s/total	ha	% s/total
até 10	24.118	37,73	138 623	11,71
10 a 25	31 810	49,77	543 740	46,28
25 a 50	6 114	9,56	204 327	17,35
50 a 100	1 171	1,83	80 029	16,79
100 a 1000	670	1,04	166 541	14,14
mais de 1000	24	0,37	43 930	3,73
Total	63 907	100,00	1 117 190	100,00

\* Fonte: IBRA



A preponderância numérica das explorações de menos de 25 ha é nítida. A formação da pequena propriedade está ligada aqui à colonização alemã e italiana datando dos fins do século passado e início deste, assim como à instalação de posseiros até os anos 50. O IBRA classificou os estabelecimentos agrícolas em função do número de "módulos" como segue: (1)

	Nº de imóveis	%	área média
Minifundio . . . . .	63 087	96,25	13,8
Empresa Rural . . . . .	401	0,63	97,4
Latifundio por exploração	2 051	3,12	131,2
<b>Total</b>	<b>65 539</b>	<b>100,0</b>	<b>"</b>

Os conceitos do IBRA são absolutamente discutíveis. O que importa é ver a coexistência da empresa agrícola e de uma economia camponesa preponderante numericamente. A empresa agrícola conta em média com mais de 100 ha (se se leva em conta que boa parte do que é classificado como latifundio funciona exatamente como a "empresa rural"), em geral a terra é alugada, possui tratores e colhedeira, conta com alguns operários fixos recorrendo à utilização de diaristas nos períodos de maior trabalho, tudo sob a direção de um agricultor capitalista ou de um gerente. A especialização trigo-soja é aí bem acentuada. No entanto, a imensa maioria dos estabelecimentos pratica um sistema de policultura-criação contando fundamentalmente com a mão de obra familiar, dispondo em média de 14 ha quase sempre em propriedade. As melhores parcelas são reservadas para o trigo e a soja. A tração é animal o que exige alguns hectares de pasto e forragem. As áreas não agricultáveis são mantidas em pasto, valorizadas pela presença de alguns bovinos, garantia de algum leite para o consumo familiar. A mão de obra familiar sendo em geral abundante relativamente à superfície que dispõem, força o desenvolvimento de produções "sem-solo"; - nessa região a suinocultura - que permite a entrada periódica de dinheiro. São também produtores de trigo e soja mas num sistema de produção radicalmente diferente do da chamada "empresa agrícola". A capacidade produtiva individual de cada exploração camponesa é pequena, embora, conjuntamente, contribuam com grande parte da colheita. Para dar uma ordem de grandeza da diferença de capacidade produtiva da pequena exploração familiar e da grande empresa especializada na cerealicultura, construímos os exemplos do quadro III (pagina 30). Podemos a grosso modo dizer que um pequeno produtor fornece entre 20 e 100 sacas enquanto que a grande empresa fornece mais de 1000.

O fato da produção de soja estar concentrada numa região onde coexistem pequena produção mercantil e um certo capitalismo agrí-

(1) "Módulo Rural é a área explorável que, em determinada posição do país, direta e pessoalmente explorada por um conjunto familiar equivalente a quatro pessoas adultas, corresponde a 1 000 jornadas anuais, lhe absorva toda força de trabalho em face do nível tecnológico adotado naquela posição geográfica e conforme o tipo de exploração considerado, proporcione um rendimento capaz de assegurar-lhe a subsistência e o progresso social e econômico." (Decreto 55 891, de 31/03/65). Minifundio = inferior ao módulo; Empresa Rural = não exceda 600 vezes o módulo e utilize pelo menos 50% da área agrícola; Latifundio por exploração = não exceda 600 vezes mas mantido inexplorado.



cola, mostra o quanto é falsa a identificação feita frequentemente entre "sistema camponês" e "economia de subsistência" como se o primeiro só existisse na produção de arroz, farinha de mandioca, milho, feijão, etc.

QUADRO III - Comparação da capacidade produtiva: dois exemplos.

	Exploração Camponesa	Empresa agrícola
Área média	13,8 ha	(97,4 e 131,2) = ~ 125 ha
Área em trigo	~5 ha	~ 100 ha
Tração / cultivo	manual ou animal	mecânica
Tração / colheita	manual	automotriz
dose de adubo	de 75 a 100 kg/ha	mais de 200 kg/ha
Rendimento	800 kg/ha	1 100 kg/ha
Produção	4 000 kg = 65 sacas	110 000 kg = 1 830 sacas

Quando tratamos dos produtores de leite no Estado de São Paulo (ver DEBATE - 14) já havíamos insistido na necessidade de se partir das formas de dominação do modo de produção capitalista sobre a pequena produção mercantil para se compreender a lógica da economia camponesa. Para que o pequeno camponês proprietário possa cultivar sua terra não é necessário, como é o caso nas condições normais da produção capitalista, que o preço de mercado suba suficientemente para lhe dar o lucro médio, e menos ainda um excedente a este sob a forma de renda. Os economistas burgueses não ignoram tais diferenças mas não lhe atribuem importância: num livro de 456 páginas sobre a agricultura brasileira a questão mereceu uma nota de pé de página (1): "Esse reflexo sobre os preços dos produtos agrícolas explica-se pelo fato de que a parcela "lucro" da estrutura de custos, que se mostra importante nas grandes propriedades - pois os proprietários se desinteressam da produção caso não a obtenha - pode deixar de ser considerada no caso das propriedades de tipo familiar. O incentivo para estas últimas se manterem na produção poderá ser apenas a remuneração que receberem na forma de salário, não sendo imprescindível a existência de lucro." Donde a importância da formação dos preços como um dos mecanismos fundamentais de transferência de valor da economia camponesa ao resto da sociedade. Mas antes de tratar dos preços, examinemos rapidamente as indústrias agrícolas e alimentares que participam do complexo trigo-soja.

Quanto aos fertilizantes, a minguada indústria nacional é totalmente dependente das importações. Vem dos EUA 99% do fosfato de amônia que o Brasil importa, 86% dos concentrados fosfatados, 83% da rocha fosfatada, 48% do sulfato de amônia e assim por diante (2) No total, 71,4 % do consumo nacional de fertilizantes é atendido por fornecedores estrangeiros. A alta de preços, que já vinha sendo observada há algum tempo disparou com a crise do petróleo aumentando de 160% os preços dos fertilizantes no Brasil. Elemento importantíssimo no custo de produção do trigo e da soja, sobretudo no caso da grande empresa bastando ver que os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina são responsáveis por 1/4 do consumo brasileiro. Se de um lado tal aumento levou algumas federações de agricultura

(1) MILLER PAIVA e outros, Setor Agrícola do Brasil, pag 215

(2) Dados fornecidos pelo eng. Donald McCune da Tennessee Valley Authority num seminário promovido pela Associação Nacional para a difusão de Adubos.



a pedirem subsídios, de outro podemos ver que os monopólios do setor não precisam se queixar. Em 1973 a BENZENEX S/A apresentou lucro de 82% em relação a seu capital e suas ações renderam dividendos da ordem de 20% e bonificações da ordem de 25% (BANAS 989). Essa firma tem participação na Fertilizantes União e na Adubos Pampa S/A além de controlar a Javaés agropecuária (SUDAM). No mercado de tratores pode-se encontrar apenas três grandes monopólios: MASSEY FERGUSON, VALMET e CIA BRASILEIRA DE TRATORES. No setor moinhos está presente um dos maiores monopólios transnacionais do setor alimentar: o grupo BUNGE que no Brasil aparece como sendo de origem argentina com o nome BUNGE-BORN. Possuem: Moinhos Fluminenses, Moinho Santista, Moinhos Rio Grandenses (SAMRIG), e, com destaque especial, a SANBRA. Esta última atua nos setores Moinhos e Oleos Vegetais além de ser a maior parte de seu faturamento proveniente do Comércio Exterior. Segundo a revista BANAS, os investimentos da SANBRA em 1972 atingiram quase 100 milhões de cruzeiros sendo que a capitalização de 30 milhões em reservas aumentou o capital social para Cr\$ 180 milhões. Seu lucro líquido foi Cr\$ 13,3 milhões em 1971, Cr\$ 35,5 milhões em 1972, o que representa 20% de seu capital social. De acordo com seu ultimo balanço recentemente divulgado, a empresa obteve em 1973 um lucro de apenas 24 milhões de cruzeiros. Com um faturamento de 3,1 bilhões de cruzeiros - quantia superior ao orçamento da maioria dos estados brasileiros, tal lucro representa apenas 1% de seu faturamento e 13% sobre o capital. Como diz OPINIÃO nº 86, "fenômeno aparentemente sem explicações: (...) ela vendeu ao exterior o equivalente a 250 milhões de dólares figurando entre os cinco maiores exportadores brasileiros, o que deveria ter proporcionado à empresa altos lucros". No setor de óleos vegetais encontramos além da Sanbra (responsável por 50% do fornecimento de óleo de soja no mercado carioca) e do SAMRIG (também da BUNGE-BORN), a ANDERSON CLAYTON. Foi instalado em 1973 no Paraná o maior complexo de processamento de soja do hemisfério sul para a produção de óleo e farelo. O chamado complexo de PONTA GROSSA foi construído pela SANBRA, a GARGILL e IRMÃOS FERREIRA. Nos Estados Unidos a CARGILL, a CONTINENTAL GRAIN, a BUNGE e a ARCHER-DANIELS-MIDLAND dominam totalmente as exportações de soja. As três primeiras são responsáveis por 90% das exportações americanas de trigo. Pelo menos duas delas já estão bem instaladas no Brasil.

Em muitas regiões o sistema cooperativo se intercala entre o produtor e esses grandes monopólios. No Paraná por exemplo, 60% da produção do estado em soja passa por um "pool" de cooperativas que reúne mais de 4 mil agricultores. No Rio Grande do Sul a FECOTRIGO (Federação das Cooperativas de Trigo) que filiava, segundo dados referentes a 1966, 66 cooperativas e 116 mil associados, tem seu desenvolvimento ligado ao crescimento acelerado da produção de trigo a partir de 1962 quando o trigo começou a ser comprado pelo ESTADO. Com a soja ela sofreu uma nova fase de expansão. Acaba de adquirir uma corretora de valores, uma corretora de seguros e 50% do capital da Companhia de Navegação Lajeado. No ano de 1973 ela teve uma receita de 3,5 milhões de cruzeiros só com as comissões da soja. Parece que a "iniciativa privada" gaucha está temendo esse agigantamento que ghega a "fazer frente mesmo às grandes empresas privadas" (VISÃO 25/2/74 p.17). Nesse estado, as cooperativas são responsáveis pela totalidade do trigo comercializado e pela maior parte da soja. Na área de influência de Três de Maio estão presentes 17 cooperativas além de 3 outras que mesmo localizando-se em outras zonas participam da coleta do trigo e da soja da área. São: a COTRIMAIO, COTRISA e COTRIJUI. Esta última talvez seja a maior cooperativa tritícola do país contando com 8 500 associados o que representa seguramente mais de 40 000 trabalhadores rurais numa área de 300 mil habitantes. Inaugurou em 1973 o maior terminal graneleiro da América Latina no porto de Rio Grande com uma capacidade de estocagem de 110 mil toneladas. Na safra de 73 seus armazéns receberam 2,5 milhões de sacas de soja.



Em sua origem o cooperativismo agrícola surgiu como uma estrutura de defesa dos pequenos produtores contra os intermediários privados. Isso continua a ser verdade para grande número de pequenas cooperativas. Algumas, e é o caso da FECOTRIGO ou da COTRIJUL, manifestam uma tendência a se desenvolverem no mesmo sentido que as firmas capitalistas. Em seu desenvolvimento, os monopólios do setor alimentar procuram eliminar seus concorrentes sejam estas firmas privadas ou cooperativas. Se estas últimas continuarem a funcionar dentro dos princípios do cooperativismo --- assistência ao produtor associado seja qual for sua eficácia --- serão condenadas à disparição. Isso facilita o controle das cooperativas pelos grandes fazendeiros que procuram engajá-las na concorrência com o setor privado, levando-as à necessidade de uma acumulação de capital em detrimento do retorno de seu "lucro" ao produtor, que não é outra coisa senão parte do sobretabalho que ele fornece. Mas apesar dessa tendência, a existência de um setor cooperativo é uma premissa importante para uma futura política de incentivo à cooperação de produção entre os pequenos camponeses num regime de democracia revolucionária.

#### A política de preços

O trigo sempre foi cultivado pelos colonos em áreas pequenas. É só a partir da década de 40 que ele ganha a zona de campanha que permite por sua topografia sobretudo, a implantação de grandes lavouras mecanizadas e adubadas em terras arrendadas por agricultores-empresários. É nessa época que se introduz o sistema de preços garantidos e o financiamento do Banco do Brasil. A área colhida em trigo aumentou ininterruptamente até 1957 diminuindo em seguida progressivamente para só começar a recuperar a partir de 1968-69. Os economistas burgueses explicam essa evolução como ligadas "a uma série de anos de climas desfavoráveis, acompanhados de um aumento acentuado de doenças e pragas" (1) Pareceria portanto mera coincidência o fato dos EUA terem tido, justamente a partir de meados dos anos 50, o grande problema de restrição dos mercados para seu trigo o que os levou a votar a famosa lei PL-480. (2) É nesse período que a chamada "reconstrução das economias européias" termina e que os principais países europeus começam a ser autosuficientes em trigo. Até essa data os Estados Unidos tinham suas vendas de cereais asseguradas pelo mercado europeu. A pressão dos agricultores americanos e das firmas ligadas ao comércio exterior de produtos agrícolas levou a uma série de medidas visando a romper os "obstáculos de ordem monetária" para a exportação. Passaram a oferecer a todos os países potencialmente importadores um aumento de suas compras pelo pagamento em moedas locais. O Brasil preferiu a "generosidade" americana, sendo que o governo alegou serem nossos custos mais elevados. Posteriormente, a política americana mudou e todos os países que haviam preferido a "vantagem comparativa" e por isso desestimulado a produção nacional, passaram a depender das importações pagas em dólar. A mudança da política americana levou a um conjunto de medidas que passaram a ser conhecidas como "revolução verde". A "ajuda" para a seleção de variedades a alto rendimento só podendo ser utilizadas com fertilizantes químicos e mecanização, abriu enormes mercados para as indústrias americanas produtoras desses insumos. Isso não diminuiu em absoluto as exportações americanas de trigo. Os países onde se desenvolveu a "revolução verde" (México Índia e Paquistão) continuam grandes importadores.

(1) MILLER PAIVA op.cit. pagina 174

(2) Amplamente descrita nas obras de Paulo R. SCHILLING , sobretudo em El Trigo.



O Brasil hoje depende da importação de trigo em mais da metade de suas necessidades. Em boa parte porque desestimulou a produção nacional nos anos 50. O governo brasileiro tem o monopólio de importação e distribuição do trigo assim como na compra do trigo nacional estocado pelas cooperativas. O sistema de sustentação do preço do trigo baseia-se sobre a revenda do trigo estrangeiro aos moinhos a preços mais elevados e o pagamento aos produtores de trigo brasileiros a preços mais elevados do que os pagos ao produto estrangeiro. O preço de venda aos consumidores é determinado pela média ponderada dos preços que o governo vende aos moinhos o trigo nacional e o importado. Não existe portanto subsídio governamental, a sustentação do preço do trigo é financiada em última instância pelos preços pagos pelo consumidor.

A sustentação dos preços agrícolas tem uma natureza contraditória: se por um lado constatamos que ela contribui para o enriquecimento de uma pequena minoria de grandes fazendeiros de trigo por exemplo, por outro lado ela é necessária e deve ser apoiada quando está em jogo a auto-suficiência do país. Quanto ao primeiro aspecto é fácil perceber que o preço mínimo fixado pelo governo atribui uma renda aos mais "eficazes". O preço fixado tendo como base os estudos de custo da FECOTRIGO vale para todos - do capitalista mais produtivo ao pequeno camponês que pratica o cultivo manual quase sem adubação. Assim, quando o governo resolve aumentar o preço garantido, por exemplo de Cr\$ 10,00 a saca, ele está aumentando a entrada anual de dinheiro da imensa maioria constituída pelos pequenos fornecedores de no máximo Cr\$ 1.000,00 cada um. (para quem chega a vender 100 sacas). E de mais de Cr\$ 15 milhões para a infima minoria dos que fornecem mais de 1 500 sacas. O segundo aspecto é referente à independência da economia nacional. Não faltam no Brasil os utilizadores da "teoria" Ricardiana da especialização internacional dizendo que é maior a vantagem comparativa do Brasil na produção de frutas que poderiam ser exportadas contra a importação de trigo argentino, americano ou canadense. Nós ficaríamos com a produção daquilo que exige mais trabalho vivo, por serem os salários muito mais baixos no Brasil. A idéia corresponde à divisão internacional do trabalho agrícola defendida pelo imperialismo americano. A falácia do raciocínio de nossos "livre-cambistas" vai mais longe quando comparam o preço do trigo brasileiro com o internacional. Não falam dos subsídios dos outros países à exportação do cereal. A Austrália, por exemplo, exportava nos últimos anos a 60 dólares a tonelada enquanto o preço para o consumo interno era 70 dólares/ton. Uma comparação só pode ser feita entre o preço pago também ao produtor nos países de grande colheita. Entre 1967 e 1970 os países do Mercado Comum garantiram aos agricultores o preço de 104,30 dólares por tonelada para o trigo panificável e de 123,13/ton para o "durum", enquanto que o preço do trigo nacional variou entre 110 e 103,8 dólares/ton. no mesmo período. Nos países da "revolução verde" México, Índia, Paquistão, Turquia, os preços no atacado em 1969 foram respectivamente de 127, 124,101 e 108 dólares/tonelada. O trigo nacional custou no mesmo ano 108,7 dólares.

Num regime de democracia revolucionária teríamos que sustentar os preços do trigo, medida absolutamente necessária para a independência econômica. No entanto, para não favorecer ainda mais a empresa capitalista em relação aos pequenos camponeses, estabelecer-se-iam cotas por área de semeadura. Assim, até "x" hectares (correspondendo à área média plantada pelos pequenos produtores) o preço sustentado seria elevado. A partir de um certo número de hectares só seria sustentado o preço de uma parte, que seria fixado de maneira a incentivar a produção sem oferecer enormes sobrelucros aos capitalistas agrícolas. Tal política veria facilitada sua aplicação pela democratização da gestão das cooperativas fruto da total liberdade de ação que beneficiariam os sindicatos de trabalhadores agrícolas.



A política econômica da ditadura, ao contrário, visou nos últimos anos servir tanto os monopólios que chegou mesmo a descuidar dessa camada de capitalistas agrícolas da cerealicultura. Particularmente em 1973 com a meta dos 12% quando a questão ficou ainda mais gritante por terem os preços internacionais ultrapassado o preço nacional. O preço nominal do trigo aumentou dozes vezes entre 62-63 e 71-72. O preço real deflacionado pelo índice de preços por atacado para produtos agrícolas, oscilou prevalecendo uma tendência para baixa. Assim, se tomarmos 64-65 como base 100, o preço real para a safra 71-72 foi de 62. Em fins de 72, quando já se conheciam os resultados catastróficos da safra 72-73 (600 mil ton. ao invés de 2,5 milhões) o ex-ministro Cirne Lima tentou defender uma política altista, apoiando-se no fato de Brasil ter comprado no mercado externo a preços mais elevados que o nacional. Os deputados gauchos e os dirigentes de cooperativas denunciavam o fato dos agricultores estarem reduzindo suas áreas destinadas ao trigo. O preço estabelecido havia sido Cr\$ 40,32/saca e mais tarde o CMN votou um prêmio de Cr\$1,80/saca para aqueles que plantassem no mínimo 80% da área financiada na safra anterior e que apresentassem um índice de produtividade por hectare igual a média nacional da safra anterior à catástrofe de 1972. Tais medidas não puderam satisfazer os cerealeiros que continuaram a protestar através de seus órgãos, sobretudo a FARSUL e a FECOTRIGO, de alguns deputados federais e do Sr. Cirne Lima. Todos conhecem bem o desenlace: venceu a dupla DELFIM-JOST. A situação se modificou um pouco este ano. Em decisão considerada histórica o CMN votou em fevereiro de 1974 o preço mínimo de Cr\$ 80,00/ton.

Para a soja não existe uma política de preços específica. Apesar de vir sendo plantada há alguns anos, foi com o "modelo exportador" do Sr Delfim Netto que ela começou a ser incentivada pela fixação de preços mínimos elevados relativamente às outras culturas. No começo de 1973 durante a colheita, os preços no mercado externo já eram surpreendentemente elevados: 230 dólares a tonelada sendo que em 1972 ele havia sido de 115 dólares /tonelada. As cooperativas retiveram um certo tempo a soja esperando que os preços subissem mais. Efetivamente, em junho de 1973 já estavam por volta de 415 dólares. Nessa época foi a pressa para vender o que causou graves problemas de transporte, pois se temia que a entrada da safra americana em setembro fizesse baixar os preços. Mal sabiam, produtores e cooperativas, do golpe do embargo preparado pelo governo NIXON como uma chantagem ao mercado comum europeu, o que fez o preço continuar a subir. Assim só 10 % da safra brasileira foi comercializada com altíssimos preços do segundo semestre. Em compensação, para o óleo de soja isso não aconteceu levando à crise de abastecimento dos fins de 1973 começo de 1974 em óleos comestíveis. Os monopólios presentes no setor puderam beneficiar da alta.

#### Preço da terra

Durante o ano de 1973 e começo de 1974, os preços agrícolas sofreram grandes modificações. Além da "febre da soja", outros produtos cujos preços haviam sofrido uma compressão devido à política dos 12% em 1973, beneficiaram-se da política de "preços reais" praticada pelo atual governo ditatorial (ex: carne). O aumento do trigo foi de quase 100%. Tais aumentos (trigo e soja) garantiram uma melhoria do "salário" para os camponeses proprietários. Para os estabelecimentos que funcionam com baixos custos de produção um excedente além do lucro médio foi obtido. Como consequência os proprietários da terra passaram a exigir que esse sobre-lucro se transforme em renda fundiária. Não é surpreendente portanto que os preços da terra, tanto para compra como para arrendamento, tenham sofrido aumentos extraordinários.



(ver Conjuntura Economica de junho de 74, pag.42) O preço da terra é a renda capitalizada. O preço pago na compra de um terreno não é o preço da compra do solo, mas da renda fundiária que ele fornece calculada à taxa de juros corrente. Os preços agrícolas aumentando e permitindo um certo sobrelucro aos agricultores capitalistas, levam a uma exigência por parte do proprietário fundiário a uma participação nesse excedente que se traduz no aumento do aluguel e do preço da terra.

Pressionados pelo aumento do preço da terra e do arrendamento, os empresários rurais para manterem a taxa de lucro, exigem aumentos ainda maiores dos preços agrícolas chocando-se assim aos interesses gerais dos capitalistas industriais, ou seja, preços alimentares baixos (mais-valia relativa). A conclusão mais significativa que podemos tirar desse rápido esquema é sobre os obstáculos existentes ao chamado "incentivo à empresa rural". Em outras palavras, os propósitos do atual governo ditatorial que indicam uma tentativa de desenvolver um capitalismo agrícola no Brasil colocam na ordem do dia uma questão tão velha quanto o capitalismo: a propriedade privada da terra aparece como nefasta a um certo nível do desenvolvimento econômico mesmo do ponto de vista da produção capitalista(1). Tal questão nunca foi tão límpida no Brasil como nos últimos anos. Para diminuir o valor da força de trabalho e aumentar portanto a taxa de mais-valia é preciso que o valor dos produtos alimentares baixe. Para isso é preciso que a produtividade do trabalho aumente. Tomemos o caso do trigo, - o emprego de novas técnicas se fez com uma camada de empresários capitalistas. Para que tenham o lucro médio é preciso que o preço do trigo nacional seja sustentado suficientemente alto para que possam comprar fertilizantes a altíssimos preços, sem falar dos tratores e do material em geral. Quando os preços mínimos atingem um certo nível o preço da terra e portanto o aluguel também sobem. Seria preciso portanto que o governo impedisse o aumento do preço da terra além da garantia de preços mínimos elevados e dos baixos níveis de salário em vigor, para que o tal capitalismo agrário possa se expandir. É pelo mesmo tipo de obstáculos que se pode explicar o pequeno desenvolvimento do capitalismo agrário em quase todos os países do mundo. O desenvolvimento do capitalismo se dá também na esfera da produção alimentar não passando no entanto necessariamente pela extensão do capitalismo agrário. A dominação do modo de produção capitalista nessa esfera integra de maneira durável elementos pré-capitalistas (agricultura dos pequenos camponeses) ou não-capitalistas (sistema cooperativo).

Se os arrendatários do sul conseguirem arrancar preços elevados para o trigo e a soja e contratos a longo prazo com os respectivos proprietários da terra é possível que os atuais cerealicultores capitalistas se mantenham e mesmo aumentem em número. Os camponeses proprietários da região poderão nessa medida obter uma melhoria de vida e é isso que os leva a não enxergar os grandes empresários como seus inimigos diretos. Poderão lutar juntos pelo preço do trigo e da soja.

---

(1) É aliás o porquê do radicalismo de certos economistas burgueses como Stuart Mill, G B Shaw ou George que chegam a defender o confisco da terra contestando assim a origem da renda - a propriedade privada.



Relançar uma discussão sôbre a autocrítica da esquerda brasileira, num momento em que muitos a consideram encerrada, é uma tarefa que precisa se justificar. Toneladas de papel impresso, dezenas de grupos que se reorganizam com base a uma visão comum sôbre os erros cometidos, não bastariam para sepultar o tema? Mais: o inegável polo de interêsse que é o debate em tórno de uma tática para os próximos anos não faz da autocrítica uma empreza mais extemporânea ainda?

A insuficiência básica no conjunto de autocríticas que encaram ader rota no Brasil, apoia-se, em nosso entender, na limitação de seu campo de análise. Quase todas dedicam-se ao exame das idéias que vigoraram na década dos 60, sem trabalhar a fundo nas variáveis que determinaram sua aparição, seu fascínio e, finalmente, sua agonia. Essas variáveis são o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, sua inserção no sistema internacional e a situação da classe operária. Restaria mais uma importante no caso brasileiro: um exame crítico do legado teórico que o movimento internacional põe à disposição da esquerda, uma avaliação do seu distanciamento da realidade, em outras palavras, uma devolução corrigida dos seus próprios limites. Esse último aspecto, caso o possamos formular com clareza, poderá localizar alguns elementos gerais de nossa derrota, isto é, sua universalização.

Não pensamos em construir uma discussão baseada unicamente em postulados metodológicos porque seu destino, usualmente, é o de afogar-se num pântano de frases de manual. Nosso problema seria, dentro de todas as limitações, apontar nos valiosos exames autocríticos existentes, os momentos em que o não tratamento das variáveis acima mencionadas repercute no conjunto, representando uma camisa de força na tarefa de pensar os momentos posteriores que a esquerda terá de enfrentar no Brasil.

Por outro lado, a tarefa de examinar a esfera da produção e localizar os caminhos, nem sempre retilíneos, que foram determinando nossas idéias, não é uma tarefa que resulte em todas as respostas num curto prazo. O atraso do movimento social no Brasil e nossa indigência teórica são elementos que se articulam no sentido de que produzamos muito mais interrogações que afirmações definitivas.

O ponto de partida no exame do projeto de plataforma, contido no número 12 da revista Debate localiza-se para nos na própria introdução, onde se explicam seus objetivos e limitações: - o projeto, afirma o grupo Debate, não constitui a expressão completa de nossas concepções sobretudo porque seu objetivo fundamental é o de discutir em profundidade as questões que hoje dividem o movimento revolucionário. Porisso mesmo todo nosso esforço se concentrou em determinar quais são essas questões e em aprofundá-las, de maneira a apontar a via para respondê-las. O que nos impediu de tratar sistematicamente uma série de temas referentes tanto à teoria marxista do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, à descrição e análise de nosso sistema econômico, de sua situação no interior do sistema imperialista internacional, quanto à apreciação pormenorizada de cada uma das formações políticas e da experiência histórica de luta de classe de nosso proletariado e de nosso campesinato. São temas que merecem um novo documento, de caráter muito mais sistemático, no qual entendemos dar a forma de Teses para o Programa Marxista da revolução brasileira.

Esse parágrafo mostra de início, para efeitos táticos de abordagem, é claro, uma divisão entre dois ramos de problemas: os que hoje dividem o movimento revolucionário e um outro ramo de problemas que se concretizariam nas Teses para o programa marxista



No bloco número dois (desenvolvimento do capitalismo no Brasil, inserção no sistema internacional, situação da classe operária e camponesa) localizam-se para nós os elementos fundamentais para a compreensão do momento vivido no Brasil, pois repousam neles as determinações concretas de nosso itinerário ideal. É preciso admitir que se não o compreendemos bem, dentro das limitações históricas, nossa autocrítica expõe-se a inúmeros perigos. Da mesma maneira, um projeto de plataforma poderá arrancar de um solo inseguro, em que pesem alguns avanços na tarefa de re-pensar a realidade brasileira. A linha central dessas reflexões procurará demonstrar isso: a necessidade de inverter o roteiro de intervenção para retirar dele um grau maior de eficácia. Partir dos problemas que preocupam a esquerda brasileira é uma decisão taticamente irretocável. Compreender, entretanto, o contexto histórico em que essa esquerda se desenvolveu, o processo que inclusive determinou para ela o conceito de problema, deveria ocupar um lugar prioritário, não na publicação, mas pelo menos, na formulação. Acredito que seria esse, de fato, o método para "aprofundar" as questões que nos preocupam. Se saímos do campo metodológico e entramos no político, essa dificuldade se expressará em outros termos, isto é, na dificuldade em examinar uma proposição tática sem que esteja claro um dos elementos essenciais de sua compreensão: sua articulação com todos os princípios estratégicos.

Ao mencionar o período em que vivemos (a publicação data de abril de 1973), o projeto o caracteriza como um período em que predomina a crítica e autocrítica concernentes ao militarismo e outras formas de vanguardismo típicas dos setores radicais das classes médias da população. Essa caracterização se dá nas páginas 1 e 2, no contexto de uma analogia com o período 65/67, onde o alvo das críticas era o Partido Comunista Brasileiro. Não vamos reproduzir em detalhes o contexto da afirmação por julgar que a parte a ser examinada não é dependente dele. O que vamos examinar é somente o trecho em que se afirma que o foco central da crítica é o militarismo e outras formas de vanguardismo "típicas de setores radicais das camadas médias da população".

De um modo geral é impossível discordar de uma afirmação desse gênero. O militarismo e o vanguardismo, de um modo geral, foram os erros essenciais da chamada nova esquerda, na fase final da década dos 60. Também, de modo geral, não é possível discordar do fato de que são erros típicos das camadas médias da população. O verdadeiro problema para nós, problema que fica mais claro quando examinamos a autocrítica da tendência proletária, é o de saber se esta definição geral tem alguma validade no caso concreto brasileiro e qual seria o verdadeiro itinerário para se chegar a ela. Essa questão do itinerário pode parecer acadêmica mas, no entanto, é fundamental para evitar um trânsito exclusivo na esfera das idéias, problema que nos preocupa a todos que verdadeiramente buscamos superar o momento anterior.

Ainda que se possa admitir a existência de elementos gerais de uma ideologia pequeno-burguesa, é impossível deixar de admitir, entretanto, que as camadas médias da população existem, no Brasil ou em qualquer outra parte, em relação a classes ou frações de classes concretas. Sua ideologia, por tanto, jamais será algo congelado e a-histórico que se possa colher inteiro num manual de Plekanov, por exemplo. Se assim fôsse, como poderíamos entender a aristocracia inglesa lutando pela redução da jornada de trabalho da classe operária? Acaso pertence a seu corpo ideológico a oposição à mais-valia absoluta? Para nós um elemento desse gênero se esclarece no contexto específico da luta de classes na Inglaterra, na contradição aristocracia-burguesia.

Uma crítica que se limite a apontar o militarismo e o vanguardismo como elementos típicos das camadas médias, apresenta uma lacuna importante no seu trânsito do abstrato para o concreto, congela-se num momento fundamental que seria o de determinar o que exatamente essa abstração representa na sociedade concreta brasileira. E essa lacuna poderá ser preenchida principalmente a partir dos referenciais do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, inserção no sistema mundial, situação da classe operária.



Não pretendemos responder amplamente a essa questão. Em primeiro lugar porque seria estupidamente ambicioso, em segundo lugar porque o objetivo é o de tentar examinar na prática as vantagens de um outro itinerário. O próprio exame da questão, ao surgirem as primeiras autocríticas, nos colocou uma série de dúvidas. Uma delas é a de que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, especialmente nessa década, apresentava dificuldades que poderiam capturar em sua trama não apenas jovens apressados das camadas médias mas até partidos operários maduros, se eles existissem. O aspecto mais enganoso desse desenvolvimento é, para nós, a contradição que se deu entre seu movimento essencial, modernizante (dentro de sua ótica capitalista) e suas formas de aparição: recessões econômicas, crises sociais e uma retórica conservadora e astagnante na boca de seus próprios agentes ideológicos.

Antes de seguir com o esforço de demonstração dessa dúvida é importante trabalhar uma objeção que nos surgiu de forma mais ou menos natural. O processo de confundir o movimento essencial com suas formas de aparição não seria um elemento determinante na ideologia burguesa? A resposta não pode deixar de ser positiva pois esse movimento é essencial no processo de conhecimento do idealismo. Sucede que nem por isso, deixa de ser um problema muito sério para as organizações revolucionárias, cuja tarefa teórica é a de relacionar sempre as leis gerais que impulsionam o desenvolvimento do capitalismo e seu curso histórico singular, suas formas de aparição. É muito natural (o próprio Debate o reconhece em outro momento) que quando essas relações não sejam de inversão, isto é, que as formas de aparição não reflitam de uma maneira invertida o processo essencial, seu exame e sua descrição são mais fáceis. Uma crise política e social que reflita de maneira complementar uma crise no próprio processo produtivo, que não mascare sua dinâmica, é seguramente um momento mais capturável teoricamente.

Lógico que nos manuais lemos com clareza que se aparência e essência se confundissem, a ciência não seria necessária. Mas o que interessa no momento é determinar que, no momento histórico de sua cisão com o PCB, a nova esquerda se lança numa prática dentro de realidades específicas, onde as aparências eram particularmente enganosas, onde o terreno era favorável para que invertêssemos os aspectos essenciais em nossa cabeça.

Os exemplos (mesmo se não nos dedicamos aqui à descrição detalhada da primeira política econômica da ditadura e princípio da segunda) são numerosos. Basta ver o processo de concentração e centralização de capitais, particularmente impulsionado pela política de Roberto Campos, através de mecanismos de crédito e outros estímulos às fusões. A volumosa falência de pequenas empresas apareceram para nós como um sintoma gravíssimo de crise econômica. É inegável que ofereciam um excelente material de propaganda e agitação junto às camadas médias e que como tal deveria ser explorado. Entre essa escolha e a incompreensão de que esse processo representava um momento dinâmico, modernizante e inevitável no capitalismo, vai muita diferença. Na realidade, ao examinar o problema, o tomamos muito mais do ponto de vista das pequenas empresas e não do movimento em seu conjunto. E para quem perde sua pequena empresa, engolfado pelo avanço dos monopólios, que outra visão se pode ter, exceto a de que nosso mundo está se rompendo em mil pedaços?

Muitos podem ainda considerar esse equívoco como um equívoco elementar. Mas se examinamos o processo de formação e desenvolvimento do Mercado Comum Europeu e a perplexidade de muitos partidos comunistas já maduros e mesmo da esquerda extra-parlamentar, vemos que o tratamento do problema foi difícil em muitos lugares e durante muito tempo. Como combater os efeitos sociais de um movimento que no fundo consideramos um progresso aos momentos anteriores do capitalismo, como trabalhar com clareza essa contradição entre os dois níveis? Seria um elemento a examinar posteriormente, junto a tantos outros: a resposta que o movimento internacional encontrou em realidades que poderiam iluminar, ainda que parcialmente, a nossa.



O exame da política salarial do governo é outro momento em que as apparencias nos engolfaram. Aqui, considerando o arsenal teórico de que dispúnhamos, pode até se falar numa tendência intrínseca ao equívoco. Melhor seria, entretanto, examinar o movimento como se deu e, em certa medida, como se dá até hoje. Um dos elementos centrais, todos o sabemos, da política econômica da ditadura foi a contenção salarial que reduziu em 48 por cento o poder aquisitivo das amplas massas trabalhadoras.

A forma como essa política se deu nos impulsionou de novo da esfera da produção para a esfera da circulação, de um momento essencial para a superfície. Como poderia se desenvolver o capitalismo, nos perguntávamos, se não cria um mercado hábil para os produtos que produz? Que dinâmica pode re-presentar, em relação aos momentos anteriores se não desenvolve o mercado interno contraído, no que diz respeito ao consumo das classes trabalhadoras, pelo canal da contenção salarial? Hoje sabemos, a partir das críticas ao populismo, que o Brasil não se afogará em mercadorias irrealizáveis, que o processo de contenção salarial foi o mais importante motor da acumulação.

A sucessão de falências, o ângulo do qual se via a contenção salarial, tudo isso nos impulsionava para a concepção catastrófica do sistema, concepção que mais tarde se expressaria em formas orgânicas bem definidas, assim como uma maneira especial de "acumular forças".

Outro ponto, na política salarial que nunca foi estudado nem avaliado como importante, era o exército industrial de reserva. Sabíamos, na conjuntura de derrota da classes operária, que se abre em 64, que o salário expressava uma realidade histórico-moral, que dependia da evolução da classe operária e de seu presente nível de organização e consciência. Vimos a política salarial impulsionada só pela repressão policial que se abateu sobre as organizações da classe, sem levar em conta que essa repressão se articulava com um elemento de pressão da ordem objetiva, que era a dinâmica do exército industrial de reserva. O nível de consciência que se obteve desse fato foi difuso e teve sua expressão máxima nas teses de Jamil, que além de suas implicações teoricamente escandalosas, jogavam mais água ainda no moinho da catástrofe. Essas teses não importam aqui. O que importa é uma hipótese de trabalho: atualmente, com um aparente relativo refluxo do exército industrial de reserva em São Paulo, houve greves importantes. Que relações poderíamos estabelecer entre esses dois elementos?

No passado nos limitávamos a morder a própria cauda, buscando no baixo nível de consciência da classe operária as razões de seu baixo nível de consciência. E, no entanto, essa variável pode e deve ser um instrumento de trabalho para a compreensão do problema. Se afirmamos que as condições objektivas para o socialismo existem e que as subjetivas não existem e concluímos que esses dois elementos estão em contradição, avançamos, sem dúvida. E se afirmamos que não são complementários, necessariamente, como o faz Debate, retiramos sem dúvida a interpretação de sua vulgaridade habitual. Mas a resposta (e nisso não vai absolutamente nenhuma guinada à direita) ao fato de que certas realidades objetivas não se expressem em situações subjetivas complementárias deve ser buscada inicial e principalmente na própria realidade objetiva.

A questão da política salarial - elemento fundamental numa tática para o período - foi, no nosso entender, também invertida. Primeiro porque a examinamos a partir de seus reflexos ao nível da circulação de mercadorias, segundo, porque privilegiamos o exame do nível de consciência da classe operária, deixando de lado algumas determinantes objetivas desse nível de consciência.

Um outro elemento que também ajudou a nossa confusão foi, no nosso entender, a retórica conservadora das classes dominantes. O que realizavam do ponto de vista de seu processo produtivo nem sempre se complementava no discurso de seus agentes. A defesa da propriedade privada, da família, a censura às formas de expressão que, em muitos casos não estavam em contradição com o capitalismo monopolístico, ajustavam para nós o quadro ideal:



inmobilidade econômica igual à retórica conservadora. Onde isto se deu de forma particularmente aguda foi na transformação do Estado, cujo papel na economia, direta ou indiretamente se ampliou consideravelmente. O discurso dos agentes, antes e depois do golpe, além de enfatizar a caráter anticomunista de seu projeto, era o da defesa da propriedade privada, o da limitação do progressivo avanço do Estado. Trânsito real para o capitalismo monopolístico misturado com afirmações fragmentárias da ideologia liberal eram demais para nossa capacidade teórica.

A importância desse fenômeno, o papel crescente do Estado, o impulso que ele representou, não foram elaborados pela esquerda nem pelos agentes da burguesia. Eles poderiam dar-se ao luxo de não entender.

Nesse ponto é fundamental fazer uma ressalva, a de que não faltaram linhas políticas e documentos ressaltando o trânsito do capitalismo brasileiro para uma fase superior - a da consolidação do capital monopolístico. Mas as consequências que delas foram tiradas as mais à esquerda possível, no sentido de que viam a ditadura militar como a antesala do socialismo - a última forma de governo possível antes da ditadura do proletariado.

Em suma, as análises da realidade brasileira privilegiavam de fato a esfera da circulação e nasceram e cresceram com base a interesses objetivos de um setor da burguesia. Dentro delas, a catástrofe do modelo era inevitável. Se alguns grupos buscaram sair da esfera da circulação, o fizeram para convergir logo adiante com essa visão que acabou predominando nas consequências táticas e estratégicas.

Se examinamos a trajetória da nova e da esquerda tradicional, portanto, vemos que a catástrofe era um elemento comum. Restaria explicar 2 problemas: por que retiraram consequências táticas divergentes e, em segundo lugar, por que nenhuma delas acumulou forças na medida em que o processo brasileiro autorizava ao longo de dez anos?

Essa segunda pergunta é importante porque normalmente, e com razão, apontamos como erro principal do militarismo a perspectiva de acumular forças principal ou exclusivamente a partir de ações armadas distintas do processo de massas.

A esquerda tradicional, entretanto, pensava o contrário, que o motor da acumulação de forças localizava-se no movimento de massas. E, no entanto, na medida em que o processo autorizava, a esquerda tradicional não acumulou forças.

Se colocamos a questão ao nível da oposição de duas visões, no plano geral, parecerá que a nova esquerda atuava de maneira incorreta mas a tradicional, não, uma vez que duas visões de acumulação de força se chocavam. É um dever, portanto, de uma autocrítica mais ampla, determinar esse duplo fracasso, não só ao nível das concepções teóricas da realidade brasileira, mas também ao nível das diferentes táticas em presença. Esse movimento poderia ser o movimento central de um próximo artigo, utilizando como ponto de partida a situação objetiva e subjetiva da classe operária no Brasil. Um terceiro movimento seria o de determinar a situação internacional em que se deu nossa experiência e também nosso legado teórico. Quanto à este último, por exemplo, se nos voltamos para a teoria marxista à nossa disposição, veremos que nosso engano a respeito da crise do capitalismo, apesar de singular e grosseiro, não é isolado, pois uma teoria da crise ainda é uma das questões mais abertas e controversas.

Restaria nesse artigo, que como se vê, levanta questões mais do que responde, examinar o que houve de específico, a partir da posição de seus agentes no processo produtivo, "no vanguardismo das camadas médias", termo que na tendência proletária, tem outro estatuto, que é o da "ideologia pequeno burguesa".



Dois movimentos que tocaram as camadas médias parecem ter sido importantes. O primeiro deles é o de que alguns de seus setores mais baixos foram tocados pela contenção salarial. O segundo é o de que a política educacional dos governos, preparando a universidade para sua integração com as empresas monopolísticas representava uma maior elitização do ensino, uma exclusão maior ainda dos menos favorecidos economicamente.

No caso concreto brasileiro, estudantes e intelectuais que se lançam à oposição podem ter sido vítimas de sua própria posição no processo produtivo, embora isso não seja necessariamente uma constante. Todos sabemos que a definição de uma situação revolucionária passa pelo conceito de opressão insuportável para as classes dominadas. Esse conceito, considerando que entra vamos num período de ditadura militar, tem diferentes conotações se somos estudantes ou trabalhadores, se o examinamos de nossa posição no processo produtivo.

Antes de desenvolver essas reflexões é preciso descartar desde logo a suposição de que a queda da ditadura não interessa à classe operária para quem o objetivo é o socialismo. Não se pretende chegar aí, nem estimular esse sintoma esquerdista. O roteiro seria o de determinar o que há de específico nessa forma de governo, no Brasil, concreto, para as camadas médias e para a classe operária.

O processo de exploração, isto todos o sabemos, dentro da produção existiu antes, durante e possivelmente existirá ainda depois da queda da ditadura militar. Que esse processo se intensifique em determinados momentos e se expresse em formas de dominação política extremas não pode deixar de ser, do ponto de vista da formação de uma consciência de classe, um elemento potencialmente didático. Mas a verdade é que essa intensificação da exploração na esfera produtiva não é sentida como algo de absolutamente novo e sim como uma continuidade.

Por outro lado se examinamos a trajetória dos estudantes e intelectuais, que assistiram a ascensão e instalação da ditadura num posto distante do processo produtivo, esse fenômeno radical com os momentos anteriores, para camadas médias que no Brasil sempre disfrutaram de uma liberdade política superior à da classe operária e dos camponeses era também historicamente explicável privilegiar as formas de dominação política e investir contra elas. Mesmo em outros países, onde esse fenômeno específico da ditadura militar não está presente, como na França e Alemanha, os movimentos políticos nascidos nas camadas médias tendiam para esse angulo de compreensão. O movimento anti-autoritário que fez nascer inúmeras organizações políticas alemãs é o exemplo mais acabado. Esse elemento teve peso no Brasil e de um ponto de vista ideológico, baseado na posição no próprio processo de produção, alcançou manifestações específicas e influenciou, em certo nível, na vitória de concepções orgânicas e táticas específicas também.

Um elemento geral e abstrato como seria a ideologia pequeno-burguesa, concebida a partir do exame de sua posição no processo produtivo, tem valor precisamente por causa de sua abstração. A nós cabe explicar porque as organizações que saem do movimento estudantil brasileiro, por exemplo, seguem uma trajetória histórica a as alemãs outras, as francesas outras, e assim por diante. Desconhecer esse elemento, o Debate o tem presente em vários momentos posteriores, é estender o grande equívoco de analisar a sociedade brasileira e identificá-la completamente com o livro O Capital, ou transformá-lo Manifesto Comunista, apesar da sua validade geral, na linha da revolução especificamente brasileira.

Na tendência proletária entretanto esses erros poderiam cristalizar um erro de sua inspiradora ideológica, a POLOP, onde sempre houve, a nós so entender, um desequilíbrio entre o conhecimento das leis gerais do capitalismo, tais como foram expressas por Marx no Capital, e o conhecimento de suas formas de aparição, de seu curso histórico singular nas diversas formações sociais.



UM BALANÇO IDEOLÓGICO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA: PRIMEIRO PASSO PARA A  
CONSTRUÇÃO DA VANGUARDA

( Texto redigido por militantes oriundos da  
ALA VERMELHA e da VPR )

continuação

CAPITULO IX

A compreensão do processo que nos trouxe até hoje, e de suas origens, permite uma visão clara da realidade presente. Podemos situar, em extensão e profundidade, as componentes da esquerda revolucionária e suas tendências. Em fim, podemos situar o porquê da crise e definir uma perspectiva.

O processo revolucionário encontra-se num momento de refluxo, que revela muito mais a impotência das organizações políticas e a falência de diversas linhas do que um descenso natural determinado pelas condições objetivas. O revisionismo, já derrotado na prática há alguns anos não tem condições de reerguer-se. O PCB como seu legítimo representante sobrevive vegetativamente. Em face do apoio recebido de alguns setores da pequena burguesia e de velhos militantes operários esclerosados, realizando seu persistente trabalho democrático, ele tende a conservar sua estrutura, marginalizado do processo político e incapaz de nele influir. O mesmo ocorre com outras organizações que enveredaram pela concepção dogmática de partido como o PCdoB, POC, o PCBR e, mais recentemente, a AP. Seu trabalho não cria condições para ultrapassar as necessidades da sobrevivência orgânica e do atendimento a restritos setores da massa. Permanecem como barcos encalhados nas margens de um rio, enquanto as águas continuam a correr.

O bloco das organizações dedicadas ao ativismo militar (VPR, ALN, MRT, DI, MR8, etc) agitam-se intensamente sem que esta agitação as levem a tomar pé no processo. De um lado somam-se os desgastes: as quedas, as traições, a deserção de militantes, o desmantelamento orgânico e, sobretudo, o crescente isolamento das massas. De outro lado tendem cada vez mais a configurar uma resistência democrática, caminho que, se trás algum rendimento político, o trás apenas para os antigos políticos populistas burgueses, alijados do poder pela ditadura. Esses podem explorar o terrorismo como sintoma de uma situação de inexistência das chamadas "liberdades democráticas". Fora disso seu rendimento político é nulo, alimentando apenas um radicalismo que, isolado das massas, não abala os fundamentos do poder ditatorial.

A visão global dessas tendências e de suas origens, nos permite concluir que em nenhum momento, desde a fundação do PCB até hoje, surgiu a organização de vanguarda da classe operária. Não surgiu com o PCB, nem foi criada pelas organizações que o sucederam. E nem uma dessas organizações individualmente, tem condições para se transformar nela.

Partindo das limitações ideológicas do PCB, o processo de surgimento das novas organizações não as dirigiu no sentido da construção da vanguarda de classe, por causa das distorções introduzidas no debate pela questão da luta armada, tornada central, e pela sobrevivência das tendências ideológicas do velho Partido. Atualmente a mudança de qualidade que a revolução exige para que saia do impasse em que se encontra é representada, como sempre o foi, pela necessidade da construção do partido de vanguarda da classe operária.

Retomemos alguns aspectos teóricos da questão, aplicados à nossa realidade. Já sabemos que o primeiro momento da construção da vanguarda de classe se dá com o surgimento de um certo número de intelectuais revolucionários que, a partir da experiência social da classe operária, elaboram a ideologia socialista, isto é, adquirem uma consciência socialista. Esses quadros de vanguarda, por si sós, organizados ou não, não se constituem ainda em vanguarda da classe, em partido. Isolados da classe operária, e das massas em geral, eles se constituem apenas num agrupamento de quadros, seja qual for a forma de organização que assumam. Não existe vanguarda de classe longe da classe, isolada dela, fora dela. Não há que confundir o fato da ideologia



socialista vir de fora da classe com a extensão mecânica dêsse conceito, de todas as formas absurda, de que a organização de vanguarda da classe também venha, ou exista, fora da classe. A organização de vanguarda, o partido, surge a partir da classe operária (e das massas) em função da ação consciente que os quadros de vanguarda nela exercem.

Os quadros de vanguarda (intelectuais socialistas) desenvolvem uma atividade de educação das massas proletárias: levam até elas a consciência socialista e ensinam-nas a fazer política. Seu instrumento fundamental para isso é a propaganda e a agitação socialista. Aqui reside uma questão essencial: os quadros de vanguarda tem como tarefa ensinar aos operários fazer política porque a luta de classes quem a faz, e quem a sabe fazer é a classe operária. Lenin já o dizia há muitos anos atrás. Na medida em que a consciência socialista é levada à classe operária, os operários mais avançados a absorvem, surge a organização de vanguarda. Os quadros de vanguarda levam a consciência à classe, ligam-se a ela através dos operários mais avançados e juntamente com estes organizam o partido. Isto porque o partido é uma expressão da luta de classes (sua expressão mais elevada) e não um agrupamento de intelectuais. Por mais hábeis políticos ou por mais socialistas que sejam somente com a classe em movimento, somente com a classe travando sua luta política é que se torna possível a organização de seu destacamento de vanguarda. Aqui temos a plena expressão do conteúdo do pensamento leninista. A classe em movimento, educada constantemente pela propaganda socialista, cria suas formas de luta e de organização. A educação socialista orienta, dá a direção política do movimento da classe, mas é a classe que dá vida real às formas de luta e de organização que a levarão ao poder. Essas formas de luta e de organização são a expressão concreta da luta de classes, e o partido a mais elevada delas. O processo dialético que aqui ocorre é o produto da união de dois fatores : o que vem de fora da classe (ideologia, luta política, intelectuais socialistas revolucionários) e o que vem do interior da classe (a própria luta de classes). O traço de união entre eles é a propaganda socialista; sua síntese são as formas de luta e de organização (inclusive o partido) que compõe a base da luta política pela tomada do poder. Abordamos aqui dois conceitos essenciais: os quadros de vanguarda e o movimento da classe. Com relação aos quadros já nos referimos a eles no início dêsse trabalho. São eles que portam o conteúdo ideológico sem o qual qualquer organização não passará de um agrupamento de massa. A formação dêsses quadros é a base de todo o processo. Na verdade é a falta deles que gerou toda a degenerescência política da revolução brasileira. O PCB, embora ligado à massa, trouxe do berço essa carência e as novas organizações herdaram sua deficiência que durante o debate estratégico dos anos 60 dirigido em torno da luta armada, se preocuparam mais com os quadros militares do que com a questão ideológica. Hoje precisamos pôr o problema sobre a mesa. Pela primeira vez em nossa esquerda, ao que parece. Ao que se refere ao movimento da classe operária convém suscitar uma questão: em determinadas circunstâncias históricas, a classe operária lança-se espontaneamente em seu movimento, persegue reivindicações específicas e trava sua luta econômica. Nesse movimento espontâneo é que se dá a interferência dos quadros de vanguarda. A propaganda socialista penetra a luta de classes abertamente travada, molda as suas organizações e formas de luta, traça seus objetivos estratégicos. Assim ocorreu na Rússia e na China apenas para citar dois exemplos. No entanto, em situações específicas como a que há hoje no Brasil, tal não se dá. Inúmeros fatores sufocam a manifestação espontânea da luta de classes. Entre eles os principais são: absorção pelo sistema político vigente das formas de organização e de luta mais elementares da classe operária (transformação dos sindicatos em órgãos de controle da classe, iniciada pelo populismo getulista e aperfeiçoada pela atual ditadura); a repressão preventiva interfere imediatamente nas lutas operárias, por mais baixo que seja o seu nível e por menores que sejam; a origem recente camponesa da maior parte do proletariado industrial, que vê na condição de operário uma forma de ascensão social (em compa



ração à miséria de suas origens). Cumpre observar que fora da classe operária, e sobretudo entre os camponeses pobres, ocorrem frequentemente conflitos espontâneos (como as recentes invasões de cidades pelos flagelados da seca, no Nordeste). Mas sempre na ausência de agitadores socialistas capazes de conduzir tais conflitos para a luta política, os fatores existentes hoje, no Brasil, podem sufocar as manifestações espontâneas da classe operária: não sufocam entretanto, a luta de classes. Enquanto existam classes antagônicas ela existe. No entanto, na medida em que ela não se transforma em movimento espontâneo da classe e na medida em que esse movimento é o ponto de partida da luta política, torna-se mais uma tarefa dos quadros de vanguarda impulsionar seu movimento. Nesse caso, não mais o movimento espontâneo, mas o movimento que, para existir, exige um mínimo de consciência e organização. Aqui também o instrumento básico dos quadros de vanguarda é a agitação e a propaganda. Essa agitação e propaganda visa, num primeiro momento, liberar as energias sufocadas da luta de classe e, ao mesmo tempo, levar a ideologia socialista a um proletariado que o revisionismo impregnou por décadas, de uma vaga consciência democrática. É a partir do movimento real da classe que surgirá a possibilidade real de construção do partido.

A agitação e propaganda socialistas são feitas, de início, pelos quadros de vanguarda agrupados conforme as condições o exigem. O instrumento básico, a espinha dorsal da propaganda, é uma imprensa política regular. Espinha dorsal porque ela é também um instrumento de organização da classe. Sobre essa espinha dorsal devem se utilizar todos os meios disponíveis e necessários. Se for necessário usar formas armadas (como o é hoje no Brasil), deverão elas ser usadas. O básico é notar que se trata de formas armadas de propaganda política e não propaganda armada. As formas armadas são um meio de levar à classe a propaganda política. Constitui um desvio entender as formas armadas como propaganda das armas, isto é, entender que a aplicação de uma forma de luta constitui propaganda por si mesma. Com todas as formas de propaganda girando em torno da imprensa política, na esteira da organização gerada pela imprensa, os quadros de vanguarda ligam-se à classe operária. A partir dessa ligação é que realmente se constroi o partido.

O processo de formação das organizações que, ocorreu no Brasil, não desenvolveu estas etapas essenciais para a formação da vanguarda e para seu relacionamento com as massas. Os desvios ocorreram, praticamente em todos os momentos. É claro que a deficiência básica está na falta do próprio elemento gerador do processo, na inexistência dos quadros de vanguarda. A partir daí erra-se quando formalizam-se organizações, em torno de um conteúdo eclético, mesmo que a forma seja dita "leninista". Dessa formalização deriva a concepção dogmática de partido, que marca o PCB, PC do B, POC, PCBR. Da mesma fonte, por caminhos laterais, surgem as variantes dessa concepção dogmática como a de embrião do partido (VAR, ALA) ou de parte do partido (ALA). Erra-se também quando não se compreende o papel dos quadros e, em vez de levar a política às massas, lançam-se os quadros no confronto direto com o inimigo. Essas organizações (VP, ALN, MTR, etc), se sobrevivem, não fazem mais do que o velho PCB, permitindo a estagnação da luta de classes. E por fim, erra-se sempre no caráter da propaganda que se lava às massas. No mais das vezes essa propaganda é puramente democrática e só serve para deseducar politicamente o proletariado. Os revisionistas e os debrayistas, os conciliadores e os radicais levam sempre a mesma propaganda. Alguns, como a POLOP, que pensaram numa propaganda socialista, não a souberam fazer, por isolar o proletariado do conjunto das massas, por levar uma propaganda muito acima do nível da massa, e incompreensível para ela.

Errou-se enfim, em todos os terrenos essenciais ao desenvolvimento da revolução, porque o erro começou em sua essência, em seu conteúdo ideológico. As consequências, face ao avanço do inimigo, eram então inevitáveis. O processo viveu, durante tempos, de fluxos impulsionados por outras classes que não o proletariado, seja no momento em que há uma burguesia nacionalista que o alimenta, seja no momento em que setores radicalizados da pequena burguesia vão às ruas. Quando a ditadura esmaga essas erupções, quando ela interfere na classe operária reprimindo suas lutas mais elementares, quando o



movimento camponês está desarticulado e apenas fermenta em conflitos esporádicos e, finalmente, quando a violência contrarrevolucionária se abate com incontida fúria sobre toda a sociedade, é que se torna claro o vazio existente no campo da revolução. A classe operária não se movimenta. Os conflitos camponeses não ultrapassam a repercussão local e não tem continuidade. A pequena burguesia, amedrontada e absorvida se encolhe. As organizações, devido aos erros apontados, se desgastam e quadros e militantes em massa abandonam suas fileiras; as quedas prosseguem, a repressão marca novos pontos; diminuídas e fracas elas não sensibilizam as massas. Esse é o retrato mais fiel de uma crise que, no âmbito das esquerdas, exige uma nova visão da realidade brasileira. As soluções apresentadas falharam: os quadros buscam novos caminhos, os militantes esperam diretivas. As massas esperam quem as desperte.

Determinadas lideranças burguesas liberais (ou afins) podem, é claro, explorar esse vazio. Homens como Arraes e Julião, bem como políticos marginalizados pelo Ato 5 tem condições de, na falta de outra alternativa, dinamizar determinados setores da massa. Contam para isso com um prestígio não de todo esquecido, com dinheiro e armas, com apoio internacional e, mais do que tudo, com a consciência democrática das massas. A surda insatisfação provocada pela ditadura atinge extremos, desde massas pauperizadas da cidade e do campo, para as quais os brilhantes índices estatísticos de desenvolvimento nada significam, até a opinião pública internacional sensibilizada pelo relato de uma violência contrarrevolucionária que horroriza os liberais. Manipulando esses fatores, lideranças liberal-democratas podem organizar movimentos, até mesmo armados, que agitem o presente refluxo. No entanto suas possibilidades de darem significância ao movimento são extremamente reduzidas: no mundo de hoje não há mais lugar para as perspectivas democráticas. Se conseguirem fazer algo, não ultrapassarão a alternativa de um novo recrudescimento da violência ditatorial, ou concessões "democráticas", insignificantes frente aos problemas colocados pela sociedade brasileira. Só a interferência do proletariado no processo será capaz de levar a revolução à frente. Para os dados que temos hoje, só a direção proletária do processo poderá sacudir o marasmo, agitar e organizar as outras classes e iniciar um movimento capaz de colocar em questão as bases do poder. O que vale dizer que só a organização da vanguarda da classe operária é capaz de preencher o vazio presente. Porque a construção da vanguarda é um processo global, ele significa, ao mesmo tempo, a montagem da estrutura orgânica da vanguarda e o desenvolvimento do movimento da classe (e das massas) dependendo dialéticamente um aspecto do outro. Não há contradição entre a construção do partido e a eclosão do movimento revolucionário aberto, inclusive da luta armada. Na verdade uma coisa é função da outra e, na falta de uma delas, a outra inexiste.

Ao lado das condições objetivas já citadas, uma classe se destaca. Como produto do processo de rompimento da última década, surgiram no país, alguns quadros que se aproximam da ideologia socialista. Embora de há muitos anos se digam "marxistas", somente agora, em face de condições bem determinadas, alguns quadros começam a forjar uma consciência verdadeiramente proletária. Contribuem para este fato inúmeros fatores: a divulgação do marxismo-leninismo realizada pelo debate estratégico, a luta contra o velho Partido e o que ela exigiu de preocupação teórica, a experiência de luta armada nas ações urbanas, a experiência de propaganda e organização nas mais diversas condições de trabalho. E, sobretudo, a derrota pública de diversas orientações políticas (das reformistas ao debraysmo) que exigiu uma auto-crítica profunda. Nem todos que viveram esse processo se transformaram: alguns no entanto, tiveram sua preocupação ideológica despertada e tendem a tornar-se quadros de vanguarda. Encontram-se nos mais diversos estágios de formação, alguns mais avançados, outros menos. Estão em toda parte: dentro das várias organizações, fora delas (como quadros independentes) alguns no exterior como asilados e muitos nas prisões.

O panorama da revolução brasileira, hoje, tem como principal aspecto



positivo a existência desses quadros. Ainda que dispersos, eles representam o verdadeiro saldo do processo de rompimento da última década. É lógico que há problemas sérios: eles não estão todos nivelados, muitos estão na clandestinidade, não mantêm contatos entre si e se alguns tem ligação com a massa, grande parte está isolada dela. Não obstante todos os aspectos negativos, são esses quadros a matéria prima do futuro.

Se levarmos em conta o surgimento desses quadros da vanguarda em formação, torna-se mais claro porque nenhuma organização isolada representa alternativa para o processo. Em primeiro lugar ela dispõe apenas de uma parcela do potencial ideológico em formação. Em segundo lugar porque ela, dispõe de uma dada estrutura orgânica que não contribui para a formação desses quadros. O dado ideológico que os quadros estão criando é novo, oposto ao ecletismo ideológico que constituía o conteúdo original dessas organizações. Na medida em que as organizações tem uma visão estreita do problema ideológico (dada pela concepção dogmática de partido e suas variantes), sua estrutura luta pela conservação dos dados ideológicos originários, portanto, ecleticos. Em terceiro lugar porque a elaboração da ideologia proletária aplicada à revolução brasileira, só pode surgir do amplo debate entre os diversos quadros em formação, dada a diversidade de experiências que eles trazem de sua trajetória anterior. O particularismo é um dos elementos castradores da visão política de cada organização individualizada.

A tentativa de uma organização isolada se definir como a alternativa para o processo resulta, portanto, ineficaz. Ainda que disponha de uma tática a mais correta possível, sua aplicação terá um alcance limitado. Sem dúvida conseguir-se-á uma ligação com a massa e uma dinamização da luta o perferia nos lugares que tal organização atingir. No entanto esse trabalho em face do processo revolucionário como um todo, é uma gota d'água no oceano. Enquanto isso o desenvolvimento do processo continua em tórno e à margem do trabalho da organização. O crescimento da organização, de seu trabalho é vegetativo e linear, através da lenta soma de quantidades. O processo revolucionário, no entanto, caminha por saltos e a construção do partido também.

Nessa concepção a ampliação do trabalho e do corpo da organização se dará na medida em que a prática comprove a correção de sua linha. Essa é, sem dúvida, a perspectiva de crescimento de um partido que já se encontra na direção de um processo revolucionário e que já dispõe de um conteúdo ideológico proletário bem definido. No entanto, o processo de formação e criação do partido não é esse. Não é através da competição entre vários grupos, com o desenvolvimento daquele que tem a linha mais correta, que se cria o partido. Numa perspectiva assim definida, o lento crescimento das organizações, sua incapacidade de influir nas crises políticas (porque atingem uma área restrita), faz com que elas permaneçam marginalizadas do curso do processo. Suas idéias expandem-se lentamente, ou melhor, a expansão de suas idéias é um subproduto de seu trabalho de massas. Para que o processo assuma outra feição, para que a expansão das idéias corretas atinja o conjunto dos revolucionários e multiplique o trabalho político na escala que a revolução exige, a experiência leninista aponta outro método: a luta ideológica. A luta ideológica, combatendo as idéias errôneas, elabora e desenvolve a ideologia socialista, forma quadros de vanguarda, constrói o partido onde quer que ele chegue. Ela é o instrumento básico da construção do partido e representa na fase em que o partido ainda não existe, a tarefa principal. Na medida em que uma organização já se considera uma parte do partido, ou embrião dele, ela não compreende o papel da luta ideológica dirigida para o campo da revolução. Ela só vai entender, e realizar de forma insatisfatória a luta ideológica em suas próprias fileiras. A tarefa de ligação com as massas é fundamental hoje em dia. No entanto, desligada da luta ideológica ela se torna restrita ao curto alcance da estrutura orgânica. Evidentemente não se deve separar uma coisa da outra: a ligação com as massas é vital para a sobrevivência das organizações e para a continuidade do processo. Mas a luta ideológica é o



único instrumento que pode impulsionar o salto de qualidade sem o qual não se resolverá o impasse presente da revolução brasileira.

O vazio que se cria hoje na esquerda revolucionária é sentido principalmente pelos quadros de vanguarda em formação. São eles que estão mais interessados na busca das respostas para a presente crise revolucionária. A tarefa principal que se coloca no momento, em face desses fatores, é o desenvolvimento de uma luta ideológica capaz de aglutinar esses quadros e impulsionar-lhes a formação. Situamo-nos num momento do processo que precede imediatamente a fundação do partido de vanguarda da classe operária, momento no qual a luta ideológica, como força básica, se constitui na mesma luta pela formação do partido. Se quisermos traçar um paralelo histórico, nos reportaremos à situação existente na Rússia antes de 1903: em vários círculos e organizações formavam-se os quadros de vanguarda e a luta de Lênin pela fundação do POSDR assumia o caráter de uma intensa luta ideológica pela organização da vanguarda de classe.

#### CAPITULO X

A tarefa com a qual nos defrontamos é a de travar uma intensa luta ideológica que impulsiona a formação dos quadros de vanguarda e que os aglutine em torno de um corpo de idéias como primeiro passo para a construção do partido. Ainda uma vez é necessário, aqui, destacar o papel que uma imprensa política e teórica representa na luta ideológica. É a imprensa independente, de debate ideológico, obviamente clandestina, que deverá ser o primeiro elo de ligação entre os quadros. Lênin já definia, em 1902, a importância de uma imprensa política. Um jornal ou revista, que aborde as questões essenciais para o processo revolucionário tem, aqui, o papel de um educador, de um organizador coletivo e de um guia para a ação.

Educador coletivo na medida em que leva aos quadros as questões ideológicas e políticas principais, suscite o debate e exija a pesquisa teórica. Nesse sentido colabora na formação dos quadros de vanguarda, completando-se seu conhecimento teórico, levantando ou respondendo questões, generalizando para todos cada experiência particular. A imprensa como elo de união educa o conjunto dos quadros numa mesma direção, isto é, contribui para a formação de um ponto de vista comum. Nesse sentido é um valioso instrumento para a construção da vanguarda. Trata-se de um processo em que a formação de um conceito, amadurece e se dá nas diversas consciências quase simultaneamente. A ideologia socialista se forma através do salto de qualidade.

Organizador coletivo na medida em que cria vínculos entre os quadros e na medida em que gera organização em torno dos quadros. A distribuição e circulação da imprensa clandestina pressupõe o estabelecimento de contatos iniciais regulares. Ela tem que chegar aos quadros onde quer que eles estejam. Devem ser procuradas as ligações ao nível da massa: os vínculos não são orgânicos, estratificados, são vínculos flexíveis sustentados fundamentalmente pelo próprio interesse despertado pela imprensa. Flexíveis mas regulares: no futuro serão esses vínculos que, fundados na unidade política conseguida, aglutinarão os quadros do partido. Por outro lado, o caráter aglutinador coletivo também surge na medida em que os quadros sob a orientação dessa imprensa organizem grupos para a discussão das questões suscitadas e para atividades concretas que resultarem dessas questões. Aqui surge o caráter de guia para a ação que tem a imprensa política clandestina. A discussão teórica, a criação da ideologia socialista gera, simultaneamente, concepções estratégicas e táticas. A visão tática que se expande, que se cria no debate, deve ser posta em prática pelos quadros, onde quer que eles se encontrem. O vínculo político da imprensa generaliza as concepções táticas: os quadros devem organizar os elementos avançados, ligar-se às massas e organizá-las para a realização das tarefas concretas decorrentes dessas concepções táticas. Guia para a ação, porque levará aos quadros a visão do que fazer em cada momento.

Desenvolvendo essa visão ideológica do processo, a questão da luta



armada reduz-se às suas verdadeiras proporções. Deixa de ser o eixo em tórno do qual gira todo o processo e se torna um aspecto de uma correta concepção estratégica e tática. Isso porque alcançamos o aspecto essencial da questão: localizando o problema ideológico como fundamento da concepção leninista de partido e localizada a origem do desvio que leva à degenerescência os partidos tradicionais, é possível compreender que a luta armada não traz, por si, o conteúdo ideológico necessário. É necessário situar o erro de Debray quando êle confere a uma forma de luta o papel aglutinador para a vanguarda. A luta armada já faz parte indiscutível de nossa visão política. Ou, mais do que isso, ela já faz parte da realidade do processo revolucionário brasileiro, é um dado desse processo. Trata-se então de situá-la corretamente: compreender o uso das formas armadas como meios possíveis para a propaganda socialista e a necessidade das formas armadas de luta como elemento essencial de uma tática revolucionária. Saber distinguir entre a propaganda, que exprime um nível de relação vanguarda-classe, e a luta armada levada a efeito pelos organismos da massa, dirigidos pelos quadros de vanguarda.

A luta ideológica, embora envolva as questões teóricas mais gerais do marxismo, se trava a partir dos problemas concretos existentes num dado momento do processo. Como forma de desenvolvimento e criação ideológica, ela consiste essencialmente no combate às idéias errôneas, não proletárias, que estejam influenciando na revolução. A crítica é o método marxista de desenvolvimento e criação. Partindo desse princípio, podemos determinar as linhas gerais da luta ideológica no Brasil de hoje. Três orientações constituem o corpo essencial dessa luta: crítica e auto-crítica das organizações e movimentos comunistas no Brasil; crítica à concepção dogmática de partido e às suas variantes; crítica ao debraysmo e suas decorrências militaristas. O desenvolvimento do debate superará essas questões e trará outros problemas novos a cada momento.

Nossa principal tarefa para superar o atual impasse da revolução brasileira é, pois, desencadear a luta ideológica. Ela construirá o partido de vanguarda da classe operária, eclodirá o movimento revolucionário com a participação das massas e criará as definições estratégicas e táticas. Temos diante de nós uma tarefa difícil e prolongada. Mas cabe-nos, se somos comunistas, tomá-la nas mãos e trilhar o caminho dos que fazem a história.

.....

Este artigo, produzido em abril de 1970, é o fruto da reflexão conjunta de alguns revolucionários brasileiros, originados da ALA VERMELHA e VPR, no sentido de contribuir para o processo de discussão e busca de novos caminhos que coloquem a revolução brasileira no seu verdadeiro curso.

FIM

---

#### INDICE DO PRESENTE NUMERO

APRESENTAÇÃO :	-----	p.3
JOANA ALMEIDA :	<u>O SISTEMA FINANCEIRO NO BRASIL; ALGUNS PROBLEMAS</u> -----	p.4
MARTA ALVES :	<u>O SETOR DE ESTADO A SERVIÇO DOS MONOPOLIOS : II-SIDERURGIA</u> -----	p.16
A. SILVA :	<u>SETOR AGRARIO: III-NOTAS SOBRE A PRODUÇÃO DE TRIGO E SOJA</u> -----	p.27
F. GOMES :	<u>RUMO A AUTOCRITICA</u> -----	p.36
GRUPO ORIUNDO DA ALA VERMELHA E DA VPR :	<u>UM BALANÇO IDEOLOGICO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA ( IX E X )</u> -----	p.44

---

*Errata : a partir da página 44 até a página 50 a numeração encontra-se avançada em duas páginas. Portanto, aonde se le página 44 leia-se página 42, e assim por diante.*



DEBATE está em venda:

- FRANÇA:        1) Librairie Portugaise  
                  33, rue Gay-Lussac / 75005-Paris
- 2) Librairie Joie de Lire  
                  19/40, rue Saint Severin / 75005-Paris
- PORTUGAL:      Livraria Opinião  
                  Rua Nova da Trindade, 24 / Lisboa
- SUECIA:         Bokafe  
                  Drottningatan / Stockholm

Correspondência-Assinaturas (Europa: 20 FF; outros continentes  
US\$ 5)-Números atrasados: M. Descombay  
LA BROSSE-91640-BRIIS-SOUS-FORGE/FRANCE

DISCUTA, PASSE ADIANTE DEBATE:    ENVIE SUAS CRITICAS.